

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

COMISSÃO: Infraestrutura e Política Econômica

TEMA: Litígio de terras do Cajueiro da Praia.

PROPONENTE: Teresa Britto, Ziza Carvalho, Doutor Hélio.

COMPONENTES: Presidente, Georgiano Neto; Vice-presidente, Severo Eulálio; Paulo Martins, Teresa Britto, Henrique Pires, Warton Lacerda, Firmino Paulo.

SR. PRESIDENTE (Teresa Britto – PV) - Declaramos aberta nossa presente audiência pública.

Convidamos o Deputado Doutor Hélio, que já está aqui à Mesa conosco; Deputado Dr. Francisco Costa, líder do Governo; o prefeito Felipe Ribeiro, que já está aqui conosco; convidamos também o presidente da Câmara ele está aqui? Vereador, presidente da Câmara, Laguinho; vereador Denis Pescado; a vereadora Dedé; vamos convidar também ... o representante do ICMBio já chegou? O Dr. Josemar Borges, presidente do Crea, convidamos para Mesa; Dr. Alceu do Ministério da Agricultura; convidamos um representante do SPU, Dr. Marcelo, não chegou ainda, mas tem aqui o Dr. Juarez; convidamos também o advogado da União, que está aqui; convidamos a Dra. Samara Rebelo, que representa a Comissão de Assuntos de Estudos Territoriais, da Assembleia; convidamos o Dr. Marcelo Moraes superintendente da SPU, já está conosco, pode vir Dr. Marcelo; convidamos a representação da Delegacia geral do Estado, Luciano Alcântara; convidamos também para fazer parte da Mesa o vereador Cláudio Veras, venha com as cadeiras para cá; vereador Luciano; vereador Jefferson; a vice-prefeita Natália; representante também do Comando-Geral da Polícia, o tenente-coronel Erisvaldo. Tem algum representante da Equatorial aqui conosco? O Dr. Flávio está aqui conosco ...uma cadeira para o Dr. Marcelo, vou afastar aqui.... sente aqui logo mais perto

de mim, Dr. Marcelo, que a gente vai fazendo os encaminhamentos aqui. `Pronto traga uma para mim aqui, que eu espero, sente aqui enquanto chega uma para mim,. Dr. Marcelo Moraes, por favor sente aqui...

Eu gostaria de saber, eu vou ler aqui o nome dos órgãos que foram convidados para esta audiência pública. Eu queria pedir a uma das secretárias que as autoridades e convidados que forem chegando, que pudesse trazer os nomes para podermos chamar para cá.

Vou ler aqui o requerimento o qual foi aprovado na Assembleia Legislativa.

Requerimento - Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí; Teresa Britto - PV; Deputado Júlio Arcoverde - PP; Deputado Doutor Hélio - PL; Deputado Ziza Carvalho - PT; Deputado Francisco Costa - PT com assento nesta Casa Legislativa, vem requerer que seja realizada uma audiência pública no município de Cajueiro da Praia, às 09h do dia 06 de dezembro de 2021, como parte dos encaminhamentos da audiência pública, recém realizada nesta Casa Legislativa em 23/11/2021, para discutir os problemas de falta de regularização fundiária no município de Cajueiro da Praia, bem como a necessidade de cassação de registro imobiliário patrimonial RIP Nº 111.300.00787/80, considerando as irregularidades existentes, o abandono da terra, o impedimento do desenvolvimento local, enfim, o desatendimento da função social da propriedade conforme a disposição prevista no artigo da Constituição Federal de 1988. Requer ainda que sejam convidados para a referida audiência o Exmo. Senhor prefeito de Cajueiro da Praia, Felipe Ribeiro, o Exmos. vereadores da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia, representantes da União Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Dr. Marcelo Barbosa de Moraes; área ambiental do Delta do Parnaíba; ICMBio; GRO2 Nordeste; GRO2 Piauí; Cartório Bezerra, Maria Cristina de Meneses, tabeliã.

Tem alguém do cartório aqui presente? Endereço Av. Presidente Vargas, Nº 164 - Centro - Parnaíba (PI); Cartório do 1º Ofício Luís Correia, tem alguém aqui representando?

Queremos convidar o Dr. Adriano, representando aqui o ICMBio. Ah, já está aqui conosco. Seja bem-vindo! Eu sei que o senhor está de férias, que suspendeu as

férias para estar conosco, estamos felizes com a sua presença. Quero pedir para conseguirem uma cadeira para o Dr. Adriano, se não tiver vou ficar de pé e ou dar para ele a minha. Sente aqui, Dr. Adriano. Pronto, já consegui uma aqui. Seja bem-vindo.

Ministério Público Federal. Tem alguém do Ministério Público Federal aqui conosco? Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça, Instituto de Terras do Piauí que se fez presente na audiência anterior; Ministério Público do Piauí, temos um representante, o Dr. Jocélio. Dr. Jocélio, eu gostaria que o senhor trouxesse a sua cadeira e ficasse aqui conosco.

Ministério da Agricultura, Pecuária , Abastecimento, e Coordenação, Piscicultura e Pesca aqui presente conosco; Sindicato dos Pescadores Artesanais, representação do sindicato. Tem alguém aqui?

Conselho Regional de Engenharia - Crea tem aqui o representante, que está conosco aqui à Mesa. Convidamos também o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, veio? Tem alguém representando?

Também a Associação Piauiense de Engenheiros Agrimensores, tem alguém aqui representando?

Comissão de Estudos Territoriais do Estado do Piauí-Cete, já está aqui conosco à Mesa, Dra. Adriana, não é? Ah, Samara, convido você para vir fazer parte da nossa Mesa, representando aqui a comissão, por gentileza.

Segurança Pública, o Comando-Geral já temos aqui o tenente-coronel Erismar, não errei não né? Tenente-coronel Erisvaldo não é? Pronto.

Queremos agradecer a presença de todos vocês, Senhoras e Senhores, sejam órgãos representando os Poderes constituídos, seja para todos que fazem a comunidade a querida cidade de Cajueiro da Praia.

Queria também convidar uma aqui representação popular, muito querida, assim nós tivemos a oportunidade de conhecer na nossa audiência pública realizada em 23 de novembro. O presidente da Associação da Cidade de Morro Branco, o Senhor Manoel, e eu queria aqui para esta Mesa, traga sua cadeira, vamos lá.

Registrar a presença do vereador João Pedro que também está aqui conosco, dos ex-prefeitos Vicente Ribeiro e Ivone Ribeiro, sejam todos bem-vindos.

Conforme foi citado no requerimento da audiência pública, nós realizamos uma audiência dia 23 de novembro, na Assembleia Legislativa, que provocou esta segunda audiência com encaminhamentos. Haja vista a necessidade de fazer uma localmente para também ampliar o debate e ouvir a população do Cajueiro da Praia e outros órgãos participarem, como é o caso do Ministério da Agricultura que está aqui conosco, o Crea, Delegacia Geral do Estado, representado pelo delegado Dr. Luciano, dentre outros.

Além desse encaminhamento, nós tivemos outros encaminhamentos. Através do representante do ICMBio foi apresentado um pré-projeto, uma minuta de projeto de lei para se criar um parque aqui no município de Cajueiro da Praia, que foi denominado de Parque das Itans, Dr. Adriano, conforme discutido. É um importante instrumento onde pode sim, além de preservar, que é de grande valia, preservar a questão ambiental. Pode também desenvolver alguma coisa desde que respeite totalmente a legislação ambiental e o patrimônio público. Desse encaminhamento temos aqui, para trazer para esta audiência pública, (vou precisar de uma secretária para me ajudar aqui) o projeto de lei já foi preparado, já foi dado entrada, já vai para votação nas comissões amanhã. Esse projeto foi colocado todo como umas das normas de técnicas legislativas e também dado uma melhoria nele, e ele foi de minha autoria e, Deputado Francisco, também está aqui conosco, porque a legislação permite que nós deputados possamos fazer.

Eu quero rapidamente ler a minuta do projeto de lei para que fique gravado nos anais do Poder Legislativo:

Primeiro, destacar a importância desta audiência pública, acredito que seja a primeira audiência pública realizada no município de Cajueiro da Praia pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, acredito que seja, então, o poder instituído hoje da Assembleia Legislativa estar aqui em Cajueiro da Praia hoje, fazendo esta audiência pública, conversando com a comunidade, com os Poderes constituídos, buscando o diálogo para a resolução de um problema sério que tem aqui tem que se chama falta de regulamentação fundiária, segurança jurídica das pessoas que aqui moram, pessoas que nasceram aqui, pessoas que cresceram aqui, pessoas que vivem aqui ou outros que vieram de fora, escolheram essa terra para viver e também para ajudar a desenvolver.

Quero registrar a presença e convidar uma pessoa muito querida do Piauí para fazer parte de nossa Mesa - o padre Luís Eduardo Barros; agradecer a Igreja Católica na pessoa de D. Alfredo que nos cedeu esse espaço, agradecer o apoio local dos vereadores, em especial o vereador Denis, do prefeito que ajudou a organizar essa reunião, mas toda Câmara de Vereadores que, inclusive, estão conosco aqui hoje, na pessoa do presidente, também vereador Vaguinho, vereador Dênis muito obrigada, vereador Dênis nos arrumou até a sala, até o salão, Dr. Adriano, Dr. Marcelo e todos que aqui estão, Ministério da Pesca, nossos queridos deputados que também fazem parte deste projeto de lei, este projeto de lei foi dado entrada na Assembleia Legislativa no dia 2 de dezembro, vou rapidamente ler aqui: "Cria o Monumento Natural das Itans e dá outras providências.

O Governo do Estado do Piauí faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Monumento Natural das Itans localizado no Município de Cajueiro da Praia no Estado do Piauí na Apa Delta do Parnaíba com área total de 54,31 hectares e com limites geográficos definidos no memorial descritivo anexo 1, respectivo mapa de limites, anexo 2 e mapa conceitual de estrutura.

Art. 2º - O Monumento Natural das Itans tem como objetivo geral apresentação dos títulos naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica e com objetivos específicos preservar a geo-biodiversidade e a integridade das formações de tambaquis presentes na Ponta do Socó e na Praia das Itans.

Art. 3º - Proteger os remanescentes florestais de mangues de botão a associada a foz dos rios Timonha e Ubatuba berçário do peixe-boi-marinho.

Art. 4º - Conservar a biodiversidade nas áreas naturais da região leste litorânea do município de Cajueiro da Praia e a prioridade de uso dos pescadores da região Porto da Lama.

Art. 5º - Proteger a beleza cênica local da transição do mangue com as florestas de carnaúba e a vegetação de restingas e as bacias hidrográficas do rio Timonha e Ubatuba.

Art. 6º- Proteger a biodiversidade do meio do ordenamento e da ocupação do entorno do Cajueiro Rei considerado o maior cajueiro do mundo.

Art. 7º -Aumentar a conectividade entre a proteção da biodiversidade e o modo de vida local, fomentando as atividades voltadas para o turismo e o uso sustentável por meio da valorização da riqueza dos atributos costeiros marinhos e da promulgação, da proteção dos ecossistemas locais.

Art.8º- Desenvolver programas setoriais abrangendo temas como educação ambiental, adequação ambiental de propriedades rurais, fiscalização monitorar dentro ambiental, fiscalização e monitoramento ambiental.

Art. 9º- Contribuir para o desenvolvimento de pesquisa científica abordando físico biótico.e sócio econômico da região.

Art. 9º - Valorizar a identidade e a cultura local intimamente associada às paisagens e recursos naturais da região.

Art. 3º - Toda extensão do mangue situado na região costeira de um monumental natural das Itans é considerado zona de uso intangível devido ser mantida em toda sua integridade, sendo expressamente vedada a qualquer tipo de intervenção, construção de estruturas de apoio a pesca como bem como os seus cercamentos.

§ Único - as estruturas de apoio à pesca serão instaladas exclusivamente nas áreas referidas na portaria 14.405, de 19 de outubro, de 2021, publicada no Diário da União, no dia 28 de outubro de 2021.

Art. 4º - O monumento natural das Itans pode ser constituído por áreas públicas e particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 1º do a 4º - No monumento natural das Itans as áreas particulares situadas na faixa entre a zona intangível e a linha interior da unidade de conservação deverão manter 70% da cobertura vegetal nativa privilegiando a manutenção das carnaúbas, devendo o projeto de uso da área remanescente ser aprovado pela administração da unidade, conforme diretrizes do plano de manejo.

§ 3º - É proibido qualquer atividade que ponha em risco a integridade dos ecossistemas e harmonia das paisagens, sendo incentivadas as atividades como:

visitação pública, educação ambiental, pesquisa científica desde que em consonância com o plano de manejo e autorização pela administração da unidade.

§ 4º - Havendo incompatibilidade entre os objetivos da unidade, e atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário, as condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do monumento natural das Itans, área deverá ser desapropriada.

Art. 5º - São ainda objetivos do monumento natural das Itan a ser cumprido em comum esforço pelos órgãos da administração pública com apoio da iniciativa privada, seguindo as concepções ideológicas do anexo III.

Inciso I - A instalação de um mirante na Ponta do Socó que poderá contar com o investimento público privado dentro de uma parceria.

Inciso II - A instalação da praça da família cajueirense na Ponta do Socó, que deverá oferecer à população do Cajueiro da Praia, de forma gratuita, oportunidade de esporte e lazer e estruturas integradas com o meio ambiente, respeitando a proporção descrita do § 1º, do art. 4º. Desse inciso III, trilha de interligação entre a praça da família cajueirense, abaixo do Peixe-boi, Marília e a região do Poço da Lama.

§ Único - A faixa de praia poderá ser considerada como parte da trilha.

Art. 4º - No limite da zona de amortecimento do monumento natural serão definidos quanto da elaboração do plano manejo da referida cidade.

Art. 6º - Para a concepção dos objetivos previstos no art. 2º serão adotadas dentre outras as seguintes medidas:

- 1 - Elaboração do plano de manejo do monumento natural das Itans
- 2 - Elaboração e manutenção de um cadastro do proprietário e de atividades existentes no local
- 3 - Aplicação quando necessárias de medidas legais destinadas a evitar exercício de atividades causadoras de degradação ambiental, apresentar danos pessoais ou biota local, faço a divulgação das medidas constantes nessa lei objetivando o esclarecimento das comunidades sobre o monumento natural das Itans.

§ 1º - A elaboração do plano de manejo e o monumento natural das Itans deverá ser coordenada pela Semar Piauí.

Artigo 7º -- Fica criado o conselho do monumento natural das Itans .

Paragrafo Único - Fica a Semar Piauí autorizada a definir composição quantidade, atribuições e designar os seus membros, bem como realizar as atividades necessárias à plena gestão do Conselho.

Artigo 8º - Compete a Semar a administração e (...) do Monumento Natural das Itans que (...) poderá firmar convênio com o órgãos e entidades públicas ou privadas sem prejuízo de sua competência cabendo-lhe ainda o seguinte:

I - Elaborar no prazo de três anos ao contar da data da publicação dessas leis eu plano de manejo.

II - Instaurar no prazo de 18 meses a contar da data da publicação dessa lei o conselho monumental natural das Itans.

III - Expandir instrumentos normativos referente ao cumprimento dessa lei.

IV- Exigir na forma da lei o licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental localizado no interior e na zona de amortecimento do monumento natural das Itans.

§ Único - As autorizações concedidas pela Semar não dispensam autorizações e licenças federais, estaduais e municipais exigíveis por lei.

Artigo 9º - A efetivação do conselho do monumento natural das Itans de caráter construtivo será realizada pela Semar Piauí tendo o conselho as seguintes atribuições.

I - Elaborar e aprovar, no prazo de 90 dias de instalação o seu regimento interno no qual constaram os deveres e atribuições dos seus componentes a organização e a forma do seu funcionamento.

II - Analisar e emitir parecer no prazo de 60 dias sobre o plano de manejo apresentado pela Semar Piauí. Contados a partir da data do seu recebimento.

III - Acompanhar a implementação do plano de manejo solicitando aos órgãos públicos a adoção das medidas necessárias ao fiel cumprimento dos termos dessa lei.

IV - Propor reformulações no plano de manejo bem como analisar as suas eventuais alterações.

V - Outras atividades correlatas essenciais que se julgue necessárias.

Artigo 10º - O Conselho do Monumento Nacional das Itans será presidido pelo representante da Semar Piauí o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados conforme disposto no **artigo 17º - decreto 4340, 22/08/2002**. E assim segue mais três ou quatro artigos, mas é relacionado a outro conselho, esse projeto tramita, foi um encaminhamento feito na audiência pública e já foi encaminhado também, já demos celeridade.

Esse segundo encaminhamento é provocar o Município de Cajueiro da Praia quanto ao interesse a aderir ao projeto do Reurb, Reurb - Regularização Fundiária Urbana, Reurb, que é de grande valia para resolver o conflito da terra no município de Cajueiro da Praia. O terceiro encaminhamento foi convidar a equatorial para que se suspenda quanto ao fornecimento de energia elétrica nas unidades consumidoras nas área de conflito no município Cajueiro da Praia. Aqui tem famílias Dr. Marcelo, que moram aqui há 50 anos que não tem energia ainda, não chegou energia. E agora, tem uma família que chegou energia, acho que ela tem setenta anos que mora lá na beira do mar, mas foi por uma ação judicial. Tem uma recomendação do Ministério Público, tinha uma recomendação do Ministério Publico para não instalar energia se não tivesse o RIP não é? Pois é. Mas aí o que aconteceu com a Equatorial? Ela prejudicou muitas famílias, aqui e não conseguiu reunir a população nem os órgãos e a população ficou nas escuras. Provocação de uma segunda audiência pública que estamos realizando.

Então, Senhoras e Senhores eu queria colocar esses encaminhamentos aqui para que vocês tivessem um pouco de conhecimento do que aconteceu na audiência anterior. Foi uma audiência bastante qualificada onde se colocou os problemas que temos aqui. O município de Cajueiro da Praia foi criado sem ter terras. Não é, prefeito? Que é uma coisa assim meio complicada. Aqui a cidade toda fica em área de domínio da União. É terra da União, no entanto tem RIP que o RIP é uma posse; não é um direito definitivo, é uma posse, uma posse onde cada um que teria seu RIP teria que cuidar dessa posse de terra. Vou falar uma linguagem hoje mais simplificada para que a população local entenda, também isso. Entenda, porque, aqui se a gente for falar uma linguagem um pouco mais rebuscada talvez não vá ser bem entendida.

Esses RIPs foram dados há muito tempo atrás em 1943, em outras épocas, no entanto, pelo pouco conhecimento que eu tenho, mas que eu já rodei neste município da zona rural lá longe da orla. Lá onde mora muita gente que inclusive passa muita sede que a água não chega lá só de carro-pipa, que muita gente sofre, inclusive, localmente. Nós já temos cobrado aqui os deputados, eu, deputado Francisco Costa, deputado Doutor Hélio, outros deputados a gente tem cobrado muito que acelere a questão da água para essa cidade. A população mora aqui mas a água daqui não é de qualidade, é tudo de poço. Não tem saneamento básico pode estar contaminada.

Mas, voltando para questão da terra. O que aconteceu dentro do que nós fizemos um estudo, aqui. Houve a sessão de RIPs, áreas inclusive grandes, áreas intermediárias mas esse RIP, padre Luís Eduardo, o senhor que é um homem que faz justiça social, nós, também fazemos. Esses RIPs não cumpriram a função social, esses RIPs na verdade hoje essas terras praticamente existem as terras com os posseiros dentro. Os legítimos posseiros que são aqueles que moram., aqueles que vivem da terra, que plantam macaxeira ou mandioca, aqueles que pescam no mar ou nos rios, aqueles que tiveram seus filhos, seus netos, que os filhos ficam, aqui na terra, vivem, que é a maior parte da população de Cajueiro da Praia e aqueles que vieram de fora e abraçaram essa terra e estão ajudando a desenvolver. Pensem aqui, Senhoras e Senhores, quantas pessoas são empregadas hoje no setor hoteleiro. Quantas pessoas vivem hoje aqui em Cajueiro da Praia, prefeito, com ajuda desse setor, do turismo, do turismo que dá todo apoio. Nós deputados, esse ano, o Cajueiro da Praia recebeu cem mil reais para ajudar na manutenção da saúde. Acredito que pelo mês que nós estamos, em dezembro o prefeito já até gastou já esse dinheiro porque comprar... E eu disse para o prefeito, fiz uma visita a ele, Dr. Marcelo, e Senhoras e Senhores, aqui. Quando eu fiz eu nem conhecia o prefeito, não tive voto aqui nem tenho voto aqui. Foi uma questão de trabalho assim como eu fiz em Corrente do Piauí, que é uma das cidades mais... em Santa Filomena, fica a mil quilômetros da capital aproximadamente, quase mil quilômetros. Nós fomos lá como presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

Então, nós vimos aqui, nos disponibilizamos a colocar emendas parlamentares conversamos, deputados, porque uma região como essa, menor litoral do Brasil, tem que ser amada, tem que ser cuidada, tem que ser vista... obrigada, seja bem-vinda, à TV Assembleia está aqui conosco hoje, muito obrigada.

Então, tinha que acontecer isso, e aí na pandemia nós tivemos a oportunidade de conhecer aqui, alugamos uma casa e passamos a morar aqui. Eu me considero

moradora de Cajueiro da Praia e de Teresina e vice-versa. Na pandemia eu fiquei mais aqui em uma casinha bem simplesinha na rua não lembro o nome da rua, como é Dedê o nome daquela rua? É uma casa de dois quartos, feia por um pescador e aí esse lugar ele tem uma coisa assim toda especial, todas as pessoas que vêm aqui, pelos menos todas que eu conversei elas se apaixonam pelo povo, a simplicidade do povo, a tranquilidade do povo, algo assim como se você tivesse em um lugar, no paraíso, apesar de que nós últimos meses nós temos tido um problema de violência, no qual a Segurança Pública também já tomou as providências e está bem presente aqui.

Então, o que nós queremos hoje como continuidade desta audiência pública? Conciliar, ou seja, acabar os conflitos e resolver o problema, por que eu digo "acabar, acabar"? Porque aqui nós temos os órgãos que podem sim contribuir para isso. Nós precisamos, rapidamente, Doutor Hélio e Dr. Francisco Costa, Dr. Marcelo e todos aqui que fazem a Mesa, prefeito Felipe e queridos vereadores, querido prefeito, (porque se não ele vai ficar com ciúmes), a nossa querida vice-prefeita, nossos queridos vereadores, querido povo de Cajueiro da Praia, nós queremos aqui buscar uma solução inclusive para aqueles que tem hoje um título de uso de posse da terra, mas que não tem uma escritura e o registro de imóvel dos cartórios. Aqui eu acho que 99% não tem uma escritura de registro de imóvel nos cartórios, eu estive nos cartórios, conversando com pessoas do cartório de Luís Carreira, eu estive olhando alguns documentos e algumas pessoas, tem aqueles que tem o título de aforamento, Dr. Marcelo, mas não foi viabilizada ainda a escrituração cartorária. Então, isso nos preocupa porque a a segurança jurídica legítima precisa passar pela escrituração em cartório e um registro em imóvel. E aí através do Reurb, que é uma lei, que inclusive, ela precisa ser regulamentada localmente, é possível se fazer isso, por que não teve o título ainda? Por que não tem o registro e a escrituração? Porque as pessoas não tem dinheiro para fazer o georreferenciamento Senhor Manuel, cadê ele? Senhor Manoel o georreferenciamento é pago, escritura do cartório é paga, e as pessoas aqui muitas delas só tem o dinheiro para comer, não é Senhores e Senhoras vocês que estão aqui? Vocês tem dinheiro guardado para fazer essa documentação? Vocês precisam do Poder Público, não precisam? Por isso que esta audiência aqui vem conversar com vocês sobre isso. A Assembleia Legislativa está aqui representada por três deputados para ver como nós vamos resolver junto com o prefeito,

junto com a SPU, junto com todos esses órgãos. Nós deputados, já conversamos com o Interpi que se colocou a disposição, inclusive nós puxamos as orelhas do representantes do Interpi, por quê? Porque ele deveria ter começado pela cidade Cajueiro da Praia, aqui zona urbana, mas começou lá atrás, não que o pessoal do Borogodó não tenha direito, tem sim, nós queremos que todas essas pessoas que moram no município de Cajueiro da Praia tenham esse direito, mas a cidade nasceu aqui, o coração do município de Cajueiro da Praia está aqui onde nós estamos, é aqui na zona urbana, então, teria que ter começado por aqui, mas tudo bem começou por lá, mas..... venha para cá. E aí eu reafirmo que eu disse aqui para o prefeito, eu me coloco à disposição para colocar emenda parlamentar Dr. Marcelo, para a gente tentar resolver esse problema. O Dr. Francisco Costa também ele vai dizer lá, vai falar o Doutor Hélio também vai falar sobre essa situação, além disso nós vamos atrás dos ministérios, Ministério das Cidades para ajudar, porque eu quero dizer a vocês que o município de Cajueiro da Praia, a cidade o que ela recebe é muito pouco, é muito pouco não dá para fazer esse trabalho não. Mas aqui, prefeito, hoje com a legislação pertinente ela é possível fazer um termo de cooperação da SPU com o município e o município resolver o problema de conflito de fundiário aqui do município de Cajueiro da Praia. A Assembleia Legislativa vai ajudar.

Os órgãos de Estado, o Dr. Francisco Costa líder do Governo vai poder dizer também pelo governador e nós queremos resolver este problema. Aqui não se trata de uma propriedade de A, de B ou de C, trata-se de uma cidade. Então, hoje é um diálogo que estamos buscando com todos esses órgãos aqui. O Crea que tem sido muito presente fiscalizando as obras. Essa problemática vai até Luís Correia. Eu recebi pedidos da população de Luís Correia, região de coqueiro, que também tem o mesmo problema fundiário. Então, assim, é um problema que não é de agora, de hoje. O Dr. Marcelo pode explicar mais, o Dr. Juarez, a Dra. Marcélia. O conflito de terra é um negócio sério, mas em resumo aqui é uma área consolidada, consolidada como? Porque essa terra já tem posseiro em todos os locais dele. Os posseiros legítimos são aqueles que moram. Eu acompanho a regularização fundiária de Teresina desde os anos 1980, eu fui secretária-executiva da Assistência Social do município de Teresina, acompanhando a Procuradoria Geral do município de Teresina nos conflitos fundiários.

Então, eu entendo dessa área, acompanho e lá não teve essa história de despejar o povo, não. Está consolidado, está morando aí tem que resolver, seja a prefeitura ou órgão que pode resolver, resolva, conjuntamente com os Poderes constituídos, é isso que nós queremos resolver aqui, se tem alguém com indenização para receber, vamos ver quem é que pagará. Se alguém abandonou a terra, não fez nada na terra, por que essa pessoa tem direito? Se você tem um RIP, você não cuidou da sua terra, você não plantou, não fez casa, você não protegeu sobre os danos. Gente, a questão ambiental aqui está séria, é um crime! Quem tem um RIP não fez nada, porque muitos nem moravam aqui, de acordo com informações.

Então, precisamos proteger todos que têm realmente cuidado da terra, que estão ajudando a desenvolver o município de Cajueiro da Praia.

Eu vou finalizar minha fala, depois passar para o Dr. Francisco e Doutor Hélio, o prefeito, e saudar as demais autoridades. Eu queria citar a Lei Federal nº 13.465 de 11 de junho de 2017. O artigo 31 ele diz o seguinte:

Art. 31. São ainda causas para a revogação ou o cancelamento da inscrição de ocupação, a depender do caso:

I - Solicitação do ocupante;

Nenhum vai fazer isso, lógico - do ocupante que está morando ou tem o RIP, principalmente os que têm o RIP que é quem pede o cancelamento, não é o caso;

II - Declaração de interesse de serviço público; nós temos aqui uma carta, que eu pessoalmente fui com o prefeito de Cajueiro da Praia, dia 05 de novembro, nós temos aqui a 2ª via do documento solicitando a área para fins sociais para resolver o problema da terra.

III - Inadimplementos de pagamento de taxas por três anos, temos isso em mãos.

IV - Ocorrência de dano ambiental.

Tem vários danos ambientais nas áreas que têm RIP, porque os detentores dos RIP's não fizeram nada, não cuidaram dessa terra.

V - Ocorrência de dano de patrimônio da União. Por que da União? A terra é da União. O dono do RIP é apenas um posseiro, um posseiro que tem a legitimidade pela União. Mas ele é igual ao Sr. Manoel que tem uma casa lá no Morro Branco, e é presidente da Associação de moradores. Só que o Senhor Manoel tem mais legitimidade, sabe por quê? Seu Manoel e todos que moram aqui. Porque eles tem a terra, viva na terra, mora na terra. Estou finalizando.

6° Uso contrário as posturas e zoneamento e legislação locais. Claro que houve, porque como é que a cidade ia crescer, prefeitos e vereadores, vice-prefeito não é? Como é que a cidade cresce? Se está impedindo através de um RIP.

7° Impedimento de acesso às praias.

8° Abandono do imóvel.

No nosso entendimento, Dr. Jorge Brandão, houve abandono da terra. Então, eu queria finalizar essa primeira parte, pedir aqui ao Dr. Marcelo, agradecer a cada um de vocês, autoridades que vieram, seja de Parnaíba, seja de Teresina, o representando aí o Ministério da Pesca, a imprensa que está aqui, ao senhor prefeito, aos vereadores, cada um de vocês que tem interesse nessa situação, seja o interesse contrário, ou seja o interesse para resolver o problema. Eu quero agradecer a todos vocês em nome da Assembleia Legislativa do Piauí pelas presenças.

E aqui hoje eu quero pedir uma coisa que não tenha embate, que não tenha agressão a A ou B ou C, mas sim que traga propostas propositivas para solucionar este problema. Não vamos deixar, e eu tenho certeza que de acordo com as normas vigentes, a SPU não vai deixar que uma pessoa faça uma insegurança jurídica muito grande aqui, inclusive com autoritarismo, como aconteceu na semana passada, onde chegou a tomar o terreno do vizinho, tomar entre aspas, não é? Porque foi judicializado. Ocupou, tirou cerca, tirou tudo, incorporou a sua área, então já mostrando que não tem respeito por nenhuma autoridade, nenhum órgão constituído.

Então, nós queremos isso, estamos a favor do povo de Cajueiro da Praia, dizer que por aí estão dizendo: Ah! a deputada Teresa Britto tem casa, minha filha tem uma casa. Minha filha é solteira, é médica, empresária, tem uma casa, é apaixonada por aqui, nós ficamos nesta casa sempre. Mas ela quer é ajudar, inclusive na área da saúde, e nós,

como deputados, queremos é ajudar aqui, já estamos ajudando, não só com essa audiência, com a outra audiência e com essa preocupação, nós estamos ajudando a população que está aqui, com emenda parlamentar, com a busca de solução dos problemas, porque não vamos permitir que o litoral do Piauí, o menor do Brasil na verdade, belo, onde pode atrair o mundo todo, pode se tornar aqui uma cidade altamente desenvolvida, ecologicamente correta, que ela seja emperrada o seu desenvolvimento, por conta de pessoas que só pensam em si, pessoas egoístas.

Nós temos as autoridades, vamos confiar nas autoridades, e eu quero passar agora a palavra o Doutor Hélio, deputado estadual, bem votado aqui, meu amigo, depois Dr. Francisco Costa, aí em seguida o prefeito para dar as boas-vindas também.

SR. DOUTOR HÉLIO (PL) Pronto, gente bom dia! Não é, ainda. Minha palavra aqui vai ser muito breve, até porque estou muito interessado aqui em ouvir a SPU, o Dr. Marcelo aqui, agradecer a presença dele. Parabenizar aqui a Deputada Teresa, o nosso prefeito Felipe, em nome da Dedê, eu vou cumprimentar aqui todos os vereadores, o deputado Francisco Costa, todos aqui que estão nesta Mesa e principalmente vocês que estão aqui, tratando de uma tema tão importante como esse.

Eu vou ser muito breve, dizer que nós tivemos o Dr. Adriano. Queria inclusive, se possível, subscrever esse projeto que muito tecnicamente desenvolvido aqui pelo Dr. Adriano, lá do ICMBio. Estivemos lá com a Deputada Teresa em um primeiro momento, e temos acompanhado realmente com muita preocupação essa situação aqui criada. Duas situações distintas, nós temos no Cajueiro da Praia uma situação que o Deputado Francisco Costa e o próprio Governo do Estado tem conhecimento, que é o desafio da regularização fundiária, você mora, você tem a casa, você tem a propriedade mas você não tem realmente o registro do imóvel, por isso é que há um projeto estadual e nós estamos aqui trabalhando para que o Interpi tenha a possibilidade de estar aqui não apenas em Cajueiro, mas em todo o litoral, porque começa também por Luís Correia para ajudar a regularização para que cada um dos moradores daqui do Cajueiro, prefeito, tenham a titularidade, para, se quiser vender vende, se quiser dar dá, faz o que quiser do patrimônio que seguramente é de vocês e ninguém vai mexer.

Outra situação é essa criada de espaços que não estavam ocupados, havia muito aquela paixão pela Barra Grande não é Glauco? A gente só enxergava a Barra Grande, mas de repente, Filipe, nós tiramos aqui a cortina e percebemos que o tempo que o litoral piauiense é um dos mais belos do Brasil, mas seguramente o mais belo espaço do litoral do Piauí está exatamente aqui no Cajueiro. Então, gerou realmente toda essa situação, que nós queremos e vamos resolver, como? Dialogando. Esta audiência pública é para isso, é para que nós tenhamos condição de nos apropriarmos melhor daquilo que efetivamente está acontecendo, e ninguém mais adequado para nos dar essa informação sobre onde estamos nesta caminhada em busca da regularização do que o Dr. Marcelo.

Quero agradecer demais, lá na assembleia ficamos realmente órfãos da presença dele, com sua presença aqui eu tenho certeza que nós vamos fazer o encaminhamento devido para trazer a tranquilidade ao Cajueiro e criar as condições para que o nosso município continue sendo procurado e que aqui tenha mais e mais investimentos, que aqui ajude a desenvolver o turismo no Estado do Piauí. Sabemos que a indústria do turismo é muito importante, muito forte no mundo todo. Estava vendo, Deputada Teresa, que lá na Itália 14% do PIB é turismo, no Piauí nós temos 66 quilômetros de litoral e que nós não exploramos as potencialidades, estamos criando essas condições e seguramente o maior, o melhor destino vai ser aqui Barra Grande, Cajueiro, cidade de Cajueiro, gerando desenvolvimento, gerando emprego, gerando, inclusive, levando o nome do Estado para todo o mundo, porque realmente é singular a beleza que nós observamos aqui neste momento.

Quero agradecer a presença de todos, e aqui, para que as pessoas, os técnicos SPU, a prefeitura e nós como deputados assegurando que esse processo de regularização vai funcionar através do Interpi. Se precisar colocar recursos de emenda vamos colocar, mas já trazemos aqui a segurança de que o Governo do Estado, o governador Wellington Dias não vai se furtar em nenhum momento em fazer um esforço no sentido de construir um trabalho que precisa ser feito para que todos estejam aqui com paz, com sua propriedade e ajudando a desenvolver este município.

Muito obrigado a todos.

Já vou passar a palavra aqui, como mestre de cerimônia, para meu amigo deputado estadual Francisco Costa.

SR. FRANCISCO COSTA - (PT) - Minhas saudações, meu bom dia a todos e a todas. Parabenizo a iniciativa da Assembleia Legislativa de poder estar na manhã desta segunda-feira aqui na cidade de Cajueiro da Praia, trazendo este momento de discussão que é muito importante e que mexe com a vida de todos que já residem há muito tempo em Cajueiro da Praia. E permita-me aqui, para abreviar, saudações a deputada Teresa Britto, deputado Doutor Hélio, saudar o prefeito Filipe, também o Marcelo da SPU, e permitam-me em nome dele, saudar a todos os presentes neste momento.

Eu acho que essa discussão já iniciada na primeira audiência pública que fizemos na Assembleia Legislativa já ajudou um pouco, esse outro momento que tivemos a disposição de vir aqui para também aumentar o debate sobre esse tema, e hoje aqui a presença do Dr. Marcelo ajuda muito também, eu acho que a SPU tem um papel extremamente importante nesse processo. Os caminhos aqui para solução que buscamos são os mais diversos, aqui já foram alguns apontados, já tem essa iniciativa desse projeto de lei, acho que ajuda o processo de regularização fundiária aqui do município de Cajueiro da Praia. Eu acho que outros caminhos aqui apontados, a própria Reurb.

Mas eu queria até, Deputada Teresa, colocar um outro caminho que eu considero que é possível, a gente precisa saber como ficaria essa situação da SPU, porque tem um programa que está sendo feito em várias cidades do Piauí e Teresina já iniciou, parece que Parnaíba também já iniciou, que é uma adequação à Reurb que é um provimento do Tribunal de Justiça, que é o programa regularizar. Esse programa também trabalha a zona urbana dos municípios, essa parte da regularização fundiária de uma maneira mais prática, mais rápida, porque é através do provimento do Tribunal de Justiça. Então, ele faz ali uma sentença judicial já dando ali as condições da pessoa, o seu registro de imóvel, pode ser também um outro caminho para se discutir. Agora, para usar esse precisa que a área, como é um provimento do TJ, aí deve ter esse conflito por ser área da União, se essa área eventualmente tiver, acredito eu, à disposição ou do município do Estado para que talvez fosse um caminho. Só para colocar aqui mais um caminho para ser discutido, pra que a gente busque.

A outra opção é dentro dessa lógica de Reurb, outro caminho, mas dizer aqui, trazer, não foi possível estar presente o Dr. Chico Lucas do Interpi, ele esteve em Teresina, mas não foi possível vir até aqui hoje, mas é disposição do Interpi que já tem uma cooperação aqui do município para que a gente possa fortalecer isso. O Interpi se dispõe a ajudar nesse processo de medição, de fazer todo esse geo-referenciamento, porque muitas vezes, para muitas famílias, isso seria algo muito caro, muitas vezes inviável e que poderia ser uma alternativa. O Doutor Hélio falou e a Deputada Teresa, que tem até disposição, e outros parlamentares, de colocar até emenda nossa de custeio para ajudar nesse trabalho do próprio Interpi com esse propósito que é tanto do Governo do Estado, o governador Wellington está disposto a ajudar nesse processo de regularização, aqui alguns parlamentares se dispõem a ajudar.

E, para finalizar, só dizer que a expectativa que a gente tenha um bom encaminhamento ao final desta audiência pública, para que a gente tenha, passo a passo concreto, para que a gente alcance. Entendo que é o objetivo das pessoas que estão aqui, os representantes de entidades, os líderes que estão aqui buscar esse desejo comum, que é a regularização do município.

Muito obrigado e desejo uma boa audiência para todos nós.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Convido o prefeito Felipe Ribeiro, para dar as boas vindas a todos e fazer uso da palavra.

SR. FELIPE RIBEIRO - (Prefeito) - Bom dia a todos. Quero aqui saudar a Mesa, a deputada Teresa Britto, deputado Doutor Hélio, deputado Dr. Francisco, proponente desta audiência, minha vice-prefeita Natália, presidente da Câmara Municipal Laginho, no qual saúdo a todos os vereadores, tenente Erivaldo, Dr. Marcelo da SPU, muito importante hoje a presença dele, no qual saúdo todas as autoridades técnicas.

Meus amigos, hoje é um marco para o nosso município, como foi na 1ª audiência pública em Teresina. Essa discussão é muito importante para o nosso município e essa participação de vocês ainda mais. Eu acredito que se tivéssemos essa discussão há muito tempo, há anos, não estaria nesse momento com essa insegurança de cada um de vocês hoje em nosso município, de ter suas casas como foi dito, até de maneira

irresponsável, destruídas, seu patrimônio atingido. Se nós tivéssemos discutido esse assunto há algum tempo, em gestões anteriores, isso não deveria acontecer.

Mas vamos esquecer, vamos olhar para frente, e hoje é um dia importante para o município para sairmos daqui com uma diretriz, um encaminhamento para poder solucionarmos essa problemática. Desde o início do nosso mandato nunca nos escondemos das problemáticas dos municípios, Covid, segurança pública, regulação fundiária tudo isso, vamos dizer, ocasionou de maneira mais forte no nosso mandato. E nunca nos escondemos e nem cruzamos os braços, sempre procuramos de todas as formas com parceria de maneira responsável tentar minimizar ou solucionar essas problemáticas.

Essa questão de regularização fundiária teve um problema muito, vamos dizer triste, que até vincularam meu nome de maneira irresponsável foi ainda derrubado das pesqueiras que de maneira nenhuma sou conivente ou sou a favor de um tipo de ato que aconteceu e a partir dali sempre busquei mostrar a verdade a população, sempre busquei buscar parcerias com o SPU. E quero ressaltar aqui o papel do Dr. Marcelo e toda a equipe do SPU que sempre quando procurei sempre foi flexível, um amigo sempre tentou nós ajudar. E conseguimos com muito esforço e junto com a CIA que é uma instituição também muito atuante com os pescadores, conseguimos essa regularização da Porto da Lama, assinamos na semana passada o Termo de Ajuste de Conduta, né isso? Atause, isso é uma, um tipo de autorização sustentável para os pescadores se usufruírem daquela área, Termo de Autorização de Uso Sustentável. Onde 23 mil metros daquela área vai ser destinado aos pescadores retomarem as pesqueiras, de maneira regular. Isso foi uma luta da companhia, da CIA, SPU, prefeitura, pescadores isso é muito importante ressaltar que já conseguimos esse avanço. Infelizmente com um ato que ocasionou de maneira. ocasionou aquela derrubada mas que agora sim temos uma maneira regular. Isso que nós queremos também para regularização fundiária para o nosso município, essa segurança do cidadão, do pescador, do lavrador ter de sua casa, ter a posse de sua terra que ao longo do tempo cuidou. E isso nós buscaremos sempre com essa parceria, a Assembleia Legislativa com um papel importante, Governo do Estado, também já buscamos a União para poder nós ajudar, tivemos um primeiro passo que é o convênio com o Interpi na

regularização fundiária do Borogodó. Uma área grande, de grande população, nós iremos dar início, era para dar início agora em dezembro, aconteceu um fato de falta de segurança naquela localidade porque o tenente Erisvaldo está de frente aí nesse comando contra esse crime e resolvemos adiar até janeiro para a gente fazer junto com o Interpi, junto com prefeitura, SPU a regularização fundiária do Borogodó certo? É importante ressaltar porque Borogodó dar início? Porque lá pelo que foi dito em conjunto com o SPU é um local que não tem muito litígio de brigas, de rixas e dar para ter uma regularização mais tranquila, certo? Por isso iniciamos lá e iremos estender até o município, até Cajueiro da Praia certo? Mas para isso, tudo isso nós esbarrar na questão financeira do município. Hoje nosso município não arrecada de maneira, vamos dizer legal, de maneira que o município se sustente com os recursos de arrecadação, hoje nós vivemos com FPM e sabemos das dificuldades que os municípios enfrentam também nessa pandemia e pós-pandemia, mas mesmo assim nós temos esse olhar querendo essa regularização. Tive até o intuito o pensamento de pedir um empréstimo junto a Caixa Econômica, que vários municípios estão pleiteando, que é o PNAFM, onde nós iríamos usar esse recurso mais ou menos a 900 mil reais, Doutor, de empréstimo para poder eu ter caixa para poder regularizar as terras de vocês cidadão. O principal intuito era regularizar, entregar o título de posse para todo o cidadão que de Cajueiro da Praia nessa área urbana, isso é o nosso sonho, o nosso intuito e eu acredito e vou lutar até o final do nosso mandato para nós termos essa benfeitoria para vocês, entregar títulos de posse a cada cidadão. Infelizmente a Câmara Municipal não aprovou, mas iremos buscar outro meio para poder custear. Fico feliz desse empenho dos deputados aqui para também nós ajudar nessa regularização que é muito custosa, mais ou menos o pessoal aqui no Cajueiro estão cobrando mais ou menos dois mil reais a três mil por regularização né? Então, o cidadão, uma pessoa humilde não tem como custear um valor tão alto e nosso município se for botar isso no papel o quanto de pessoa que nós podemos regularizar. Então vai ser, também um valor muito alto para o município custear. Então esse apoio dos deputados, do Governo do Estado, senadores é muito importante nesse momento. É isso que eu vou cobrar, essa parceria e, eu não vou cruzar os braços para essa problemática

da regularização fundiária. É importante salientar e também o nosso intuito é, aqui, também reformular o nosso plano diretor.

Desde 2008, o nosso plano diretor é de 2008 é um plano diretor defasado. O nosso município já cresceu bastante e já tem várias, vamos dizer áreas... para você ter uma ideia de Barrinha, a área de Barrinha é uma área rural de acordo com o nosso plano diretor. A gente já deve ter esse pensamento de mudança, de transformação, de atualização do plano diretor. Peço ajuda dos nobres deputados, iniciativa privada que querem caminhar junto conosco, com nosso desenvolvimento é importante essa luta conjunta e dizer que nós como gestor do município estamos do lado do povo de Cajueiro da Praia. O Doutor Marcelo e a equipe do SPU vai explicar melhor mas esse fakenews que foi espalhado nas nossas redes sociais dizendo que essa área que supostamente tenha sido vendido abrange o município todo de Cajueiro da Praia. Eles vão mostrar depois em slide vocês vão ver que a grande parte da área urbana de Cajueiro da Praia, já está pertencente ao SPU e podendo ser fazendo a regularização fundiária. Não pertence mais ao RIP desse Senhor José de Anchieta, que tá em discussão e os outros herdeiros. É importante salientar que isso aí já não parte do município. Essa questão de transferência do ripe, legal ou não legal isso não cabe ao prefeito decidir. Cabe aos técnicos da SPU, a SPU aos órgãos competente decidir se é legal ou não essa transferência de RIP, cancelamento de ripe. O que eu tenho a dizer a vocês meus amigos é que o prefeito de Cajueiro da Praia vai estar do lado do povo. A partir do momento que eu, ver que estão infringindo o direito da população não irei aceitar de maneira nenhuma. Queremos o nosso município desenvolvido de maneira sustentável mas, também priorizando o povo de Cajueiro da Praia, as pessoas que ao longo do tempo cultivaram e lutaram por esse município. Não podemos esquecer disso e pode contar com o prefeito municipal para esse fim. Quero, aqui aproveitar o Doutor Marcelo, deu uma saída, mas aqui já protocolar para o SPU, pegamos, aqui com a Equatorial os projetos já que está em encaminhamento na Equatorial de várias áreas de extensão de rede. A comunidade boa vista, o Bola, representando que é uma comunidade que luta há muito tempo por essa melhoramento de rede, de transformadores. Infelizmente tem essa parte burocrática da regulação fundiária. Estamos, aqui já pedindo ao SPU. Tem área da região do colégio inacabado do estado que precisa dessa regularização. Morro Branco, Barra Grande, Barrinha, todos aqui tem esse projeto feito pela Equatorial. Iremos protocolar pedindo

para o SPU a liberação para que a Equatorial faça seu trabalho de extensão de rede colocando poste para poder melhorar essa questão elétrica do município que é uma problemática e sabemos que temos, também. Não podemos deixar de salientar. Quero deixar meu abraço a todos. Vamos ouvir os técnicos é muito importante essa participação do SPU hoje para mostrar a realidade no olhar do SPU e importante essa participação de todos vocês cidadão e pode contar com o prefeito, para qualquer eventual situação. Estou do lado de vocês e sempre estarei.

Um abraço. Um bom dia.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Queria, aqui passar a palavra para o vereador Vaguinho, o presidente da Câmara, e também para dar as boas vindas. Nós vamos ouvir em seguida o ICMBio, a SPU e depois nós vamos continuar com os deputados, os vereadores e as demais autoridades.

SR. DOUTOR HÉLIO (PL) - Só um segundinho. Nós estamos, aqui discutindo uma questão que é muito importante, como eu coloquei aqui, todos nós ansiosos para vermos, aqui a posição do SPU. Eu fui procurado agora por uma senhora, aqui também que disse que representa a advogada representa Dr. Anchietá também. É importante que tenha a fala dela para que ela possa esclarecer aqui também do ponto de vista dela o que efetivamente possa contribuir no sentido da convergência em resolver o problema aqui das terras do Cajueiro, ouviu?

SRA. PRESIDENTE (Tereza Britto - PV) - Concedo a palavra ao vereador Laguinho, presidente da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia.

SR. LAGUINHO (Vereador, presidente da Câmara) - Obrigada deputada. Um bom dia a todos aqui presentes. Eu gostaria primeiro deputado fazer uma indagação, que ano a Senhora adquiriu o terreno na comunidade Morro Branco e de quem a Senhora adquiriu? Certo? Outra, Senhor prefeito Barrinha já faz parte da área urbana de Cajueiro da Praia, inclusive o Código tributário está sendo reformulado, atualizado, se encontra na Câmara Municipal de Cajueiro da Praia. Vai ser votado provavelmente na próxima semana com impostos que o prefeito falou aqui que não está, mas irá arrecadar impostos. O Código tributário é de 2017, está desatualizado, então está sendo atualizado e virar impostos, certo? E Barra Grande, Barrinho, Morro Banco já fazem parte da área urbana, agora o que vai ser acrescido é Borogodó que é uma área que está crescimento, provavelmente como o senhor prefeito falou o Interpi vai começar a medir, então vai entrar

também como área urbana do município de Cajueiro da Praia, certo? E nós como representante da Câmara municipal estamos para colaborar com os projetos que chegam a Casa. Aprovamos vários projetos importantes este ano, talvez foi o ano que se aprovou mais projetos na Câmara Municipal de Cajueiro da Praia, foi este ano, projetos importantes. Eu lamento que às vezes a gente convida a sociedade e a sociedade não se faz presente. Com esse projeto do Código Tributário, a atualização dele que é para cobrar impostos ouviu? É para cobrar impostos.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu sugiro ao vereador a fazer uma audiência pública lá com o pessoal...

SR. LAGUINHO (Vereador, presidente da Câmara) - Não, nós já convidamos, já convidamos, infelizmente não aparece, mas é de grande importância para sociedade cajueirense, a gente debater, nós estamos lá aberto, tivemos aquele tempo fechado devido a pandemia, graças a Deus as coisas estão voltando a sua normalidade não é? Senhora deputada, a Senhora pode responder a sua pergunta e eu fico muito grato. Bom dia.

SRA. PRESIDENTE (Tereza Britto - PV) - Eu quero convidar agora o Dr. Adriano, para fazer a apresentação do projeto. Depois da ala do Dr. Adriano o Dr. Marcelo aí nós vamos ficar alternando entre as autoridades da Mesa e a sociedade civil organizada.

Com a palavra o Dr. Adriano, ele representa aqui o ICMBio. Eu queria agradecer Dr. Adriano todo o seu empenho em prol do meio ambiente aqui do município de Cajueiro da Praia.

SR. ADRIANO (Representante do ICMBio) - Pessoal! Bom dia a todos.

Ei fiz questão de interromper as minhas férias, para vir aqui conversar com vocês para me apresentar para vocês, porque eu cheguei aqui em Parnaíba recentemente, completei um ano agora. Mas no cargo que eu estou ocupando agora na chefia ... do Delta do Parnaíba desde março que eu substitui aqui a minha querida ex-chefe Ana Célia, que saiu assim abruptamente do cargo de chefia dela. E minha primeira experiência aqui foi antes de eu assumir a chefia em janeiro justamente em Cajueiro da Praia para atender uma denúncia de desmatamento, então eu vim atender a denúncia de

desmatamento, em janeiro foi embargado uma área onde foi esse desmatamento na praia da Itans e de lá para cá durante todo o ano teve muito dor de cabeça aqui no Cajueiro da Praia, foi na Delta do Parnaíba acho que foi onde teve mais confusão com certeza em 2021 foi em Cajueiro da Praia. Quando chegou no mês de maio, que eu já tinha vindo aqui pela terceira vez e não parava o desmatamento e sempre quando a gente chegava aqui era carnaúba, cerca nova, placa de regularização de RIP, em uma área que já tinha RIP, então eu vim para uma situação praticamente desesperadora e a única solução que encontrei para tentar consertar esse problema foi criar um parque para, vocês, cajueirenses, desenhar um parque, tempo do Dr. Felipe no começo do ano, mas a prefeitura com todas as suas dificuldades para implementar, porque precisa de recursos, apareceu a Dra. Teresa Britto e conseguimos agora aí no final do ano apresentar esse monumento para criar o Movimento Natural da Itan. Ela leu ali a lei e sei que fica um pouco complicado o pessoal entender, então eu vou mostrar a vocês o mapa. Qual que é a ideia desse monumento natural? E por que ele vai ajudar vocês a preservar a vegetação que tem na beira da praia. É a última praia do Piauí que ainda tem vegetação. Eu sou novo aqui, mas já percebi que em Luís Correia não tem mais, Barra Grande não tem mas, no Macapá também estão acabando com tudo, aqui em Morro Branco também não vi vegetação na beira da praia, a única praia que tem o mangue-de-botão, berçário do peixe-boi marinho é aqui na praia da Itans, Ponta do Socó e Porto da lama e é a chance que a gente tem de preservar isso daí. Então eu vou mostrar pra vocês aqui e esclarecer algumas coisas que a gente fez também. Vou percorrer o mapa. Dá para enxergar daí pessoal? Vamos começar aqui, mostrar o desenho todo do monumento natural. Mas ele vai do Porto da Lama até a Ponta do Socó. No Porto da Lama a situação já foi praticamente resolvida com a Taus. Quando eu cheguei aqui na aba, tinham acabado de derrubar as pesqueiras e agora a situação parece que já foi regularizada. Então essa parte sul do monumento natural já está praticamente salva. Do Porto da Lama até a Ponta do Socó, da praia até o limite do monumento natural são 100 metros. O mangue, ele é considerado, a Deputada Teresa leu aqui, é zona intangível, mesmo porque, Dr. Marcelo, corrija-me se eu estiver errado, mas o mangue não pode fazer parte do RIP, até porque é área de preservação permanente, ninguém pode ser dono do mangue. Então da praia até

o final do mangue é zona intangível, ninguém pode limpar o mangue, pode derrubar o mangue, nada! No final do mangue até o limite do parque que vai dar o total de 100 metros, a pessoa que for proprietária, porque o monumento natural admite propriedades públicas e particulares, porque se fosse um parque nacional público ia correr o risco de acontecer como aconteceu em outros lugares: o Poder Público não tem dinheiro para cuidar e a coisa acaba se perdendo. Então ficou o monumento natural, que admite terras públicas e privadas e a pessoa não pode mexer. No porto da lama até a ponta do Socó são 100 metros de proteção. A pessoa que conseguir regularizar sua área nessa região toda, de acordo com o que está escrito na lei, é só um projeto ainda, mas talvez vá conseguir passar, ela só vai poder usar 30% da área entre o mangue e o 100 metros que vai da praia até o limite do parque. Quando chega na Ponta do Socó é a mesma coisa e eu vou já explicar para vocês o que está acontecendo na Ponta do Socó. Como é que é o monumento natural na Ponta do Socó? Essa parte aqui onde tem o campo de futebol continua campo de futebol, essa área toda aqui é a praça da família cajueirense, espaço público para o pessoal de Cajueiro da Praia, aí vai ter brinquedos, a proposta vai ser ainda mais elaborada pelo governo do Estado, mas aqueles brinquedos para a família. Da praça sai uma trilha para a base do projeto do peixe-boi, inicia aqui onde tem portão novo, vou já falar sobre isso, vem aqui até o mirante, que foi uma proposta do Senhor Heleno, a gente perdeu o Senhor Heleno no início do ano para a Covid, quero até prestar minhas homenagens aqui pelo excelente trabalho que ele fez durante todo o tempo que ele assumiu a base do projeto peixe-boi, e foi o Senhor Heleno que propôs que fosse feito um mirante aqui nessa Ponta do Socó para observar o pôr do sol e do resto. Do mirante sai a trilha ecológica que dá a volta no Socó e passa pela praia até chegar no Cajueiro-Rei, onde vai ter uma estrutura também do Governo do Estado para intercalar o Cajueiro-Rei com o Monumento Natural da Itan e vai até o Porto da Lama. Eu distribuí para vocês, em junho ou julho, foi comunicado nas redes sociais que essa área do Socó, por exemplo, inteirinha está embargada e por quê? A gente vem de várias fiscalizações de cerca, loteada com placa de regularização de RIP e viu que estava sendo parcelado só, mesmo com a existência de RIP, que é uma área particular com ICMBio a princípio não tem autonomia para interferir, porque a gente não trabalha com área particular, mas como é

um patrimônio da União e estava sendo depredado a gente embargou toda a Ponta do Socó. Então, eu distribui para o pessoal de Cajueiro da Prata nas redes sociais, um comunicado dizendo que quem fizesse alguma coisa na área embargada, a multa é de 20 mil reais e o processo criminal, além de ter que demolir a própria estrutura. O que aconteceu? Apareceu a casa lá na Ponta do Socó, mesmo avisando várias vezes, a todo mundo que tinha sido embargado. Então assim as multas ambientais, a gente sabe, que depois que a pessoa toma uma multa ambiental é muito difícil de ela tirar, mesmo porque diante de tantas evidências. Então foi feito o que tinha sido prometido, a pessoa está lá, foi autuada, recebeu o auto de infração de vinte mil reais, mais trinta dias para demolir a estrutura que foi feita lá. E isso agora vai ser colocado para a justiça, e vai correr em frente. Pra pessoa conseguir, até conversei com o Marcelo sobre isso ontem, regularizar uma área que é da União, igual à maioria de vocês aqui está mais preocupado com o outro lado lá onde vocês tem casa, eu tenho certeza que vocês que tem casa lá, já tem uma história centenária, era da avó, da mãe, do pai e aí fica mais ou menos tranquilo, pra não dizer que fica bem tranquilo, você conseguir regularizar uma área que por natureza, por história já era sua, não vai ter muito problema com relação a isso, está dentro do município, uma área consolidada, então até o Dr. Marcelo vai falar um pouco melhor sobre isso daí, eu acho que.

SR. MARCELO MORAIS (Superintendente da SPU) Adriano, só pra complementar sua fala, ali está na área de particular que tem RIP, essa área do Socó. Ela não tá na área da SPU. Então ele tem RIP, ela é exclusivamente do proprietário, ele preservar, tomar conta. Depois eu vou explicar isso com ...

SR. ADRIANO (Participante) - Mas ela é da União, mesmo assim, mesmo com proprietário.

SR. MARCELO MORAIS (Superintendente da SPU) - É da União, entenda só, mas ele tem o domínio útil, a União nunca vai perder a sua área, até porque está no artigo 20 da Constituição. Então, são bens da União. Então nessa parte, quando a União passa esse RIP, essa área fica com responsabilidade do particular, então como você está com sessenta e seis quilômetros de área litorânea e é toda da área de APA você tem total domínio sobre fazer as fiscalizações, os embargos, as multas e também a parte criminal.

No caso da SPU eu perco a jurisdição porque a União passou esse domínio útil para responsabilidade do particular, tá bom?

SR. ADRIANO (Participante) - Mas aí, Marcelo, uma das coisas que chama atenção nesta área aí. Essa imagem que eu coloquei do mapa está um pouco, não dá pra ver direito, mas se a gente aproximar, uma das condições para a pessoa não perder o RIP, é ela tomar posse do RIP. No mês de maio, quando eu chamei uma equipe pra vir aqui de fora, para fazer o levantamento do monumento natural do sul até o norte. A gente fez o levantamento de drone de toda a extensão, então está provado aqui, não sei se vai dar pra ver nesse mapa, mais

SR. MARCELO MORAIS (Superintendente da SPU) - Só pra complementar o que você acabou de dizer, está na área de particular, mais aí tem a lei, que ela fala do cancelamento e da revogação, se tiver crime ambiental, abandono da área, está tudo lá na 13.465.

SR. ADRIANO (Participante) - Mas é isso que eu ia falar, porque crime ambiental e abandono da área foram duas coisas que não faltam aqui na Ponta do Socó, não é? Porque eu vim aqui várias vezes e estava tudo descuidado, abandonado e mais, aqui no mês de maio, a gente fotografou a Ponta do Socó inteira, e se vocês forem ver aqui no mapa, essa imagem aqui é de...Ah, não aproxima mais aqui, mas se você pegar no computador para aproximar mais, você não vai encontrar nenhuma estrutura na Ponta do Socó. Então, ninguém pode falar na Ponta do Socó, que era da mãe, do pai, do avô, que está herdando, porque a gente foi lá ver, durante o ano inteiro não tinha ninguém lá na Ponta do Socó.

Então, a única chance que a gente tem, o ICMBio está lá, eu estou lá em Parnaíba, aqui eu já quero agradecer os meus brigadistas aqui que estão na base do peixe-boi, não são fiscais do meio ambiente. Eu não posso ligar aqui para Gabriela, para o Babá aqui, vai lá fiscalizar o que está acontecendo, eles não são fiscais. Eles são apoio para o ICMBio, para ajudar no projeto peixe-boi, na pesquisa, para fazer limpeza de praia, monitoramento, as vezes na emergência, eu peço para eles verem alguma coisa, mais já com medo, porque não é o papel deles fazer isso.

Então, obrigada para vocês aí, os brigadistas, agora vai chegar até reforço, mais queria aproveitar para deixar isso claro, que nossos brigadistas aqui, não são fiscais do meio ambiente, infelizmente. Poderia ter uma equipe de fiscais aqui, que seria melhor, mas não é o papel deles, eles não tem é poder para fazer multa, nem nada disso, certo? Eles não podem nem sair fiscalizando por aí.

Então pessoal, que eu queria deixar bem claro pra vocês, que é uma chance do povo cajueirense assumir essa responsabilidade, junto com o poder público do estado, que lógico, precisa desse apoio, para conseguir abraçar essa ideia do monumento natural e cuidar da última praia do Piauí que ainda conta com as áreas que estão embargadas, eu posso até fazer um mapa aqui e passar para vocês, eu digo para os senhores, uma das maiores críticas que temos contra o poder público do meio ambiente do Brasil é essa, ah! o órgão ambiental chega lá e aplica uma multa, então estou tentando fazer o contrário aqui, desde o começo do ano estou avisando para as pessoas: Não faz isso, pois vai ser aplicada uma multa para você, não faz isso, pois vai ser aplicada uma multa, agora por exemplo aqui fizeram e foi aplicado multa.

Então, estou pedindo para outras pessoas, tem algumas áreas que elas estão sendo investigadas, tem outras sendo invadidas que vai acabar acontecendo a mesma coisa, então eu quero pedir a colaboração dos senhores para quem conhece, para quem ouviu falar para tentar proteger esse patrimônio do Cajueiro da Praia e não incentivar essa prática de invasões que no final a justiça tarda mais não falha.

Muito obrigado, pessoal.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu quero pedir ao pessoal do Ministério da Pesca - Dr. Alceu, que proferisse uma palavra, o Dr. Alceu é do Ministério da Pesca.

DR. ALCEU (Ministério da Agricultura - Diretório de Pesca) - Sou do Ministério da Agricultura, mas um diretório da pesca.

Bom dia a todos, quero agradecer a Deputada Teresa pelo convite para participar desta audiência. Hoje tomei ciência da situação da existência desse RIP particular e concordo com a Deputada Teresa, não está sendo utilizado, não foi utilizado e agora estão querendo utilizar e uma coisa que vai impactar diretamente a atividade

pesqueira deste município que é a primeira atividade econômica do município, município que foi criado para a atividade pesqueira antes da parte altaneira, então o Ministério da Agricultura junto com o Diretório da Pesca está aqui para defender o direito dos pescadores que tem a posse do terreno. Eu sei que o nosso companheiro Marcelo e todo servidor federal assim como eu vai defender junto conosco está empreitada.

Obrigado a todos.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) Concedo a palavra para o Dr. Marcelo Moraes, que é o Superintendente da SPU

SR. MARCELO MORAIS (Superintendente da SPU) - Bom dia a todos.

Esse aqui fica para eles repassarem porque tudo que eu falar vou documentar, tudo vai ser documentado., está tudo separado aí

Em primeiro lugar agradecer a Deus, agradecer a presença da ilustríssima Deputada Teresa Britto, nosso Deputado Doutor Hélio, Deputado Francisco Costa, Prefeito do nosso querido Município de Cajueiro da Praia, agradecer a presença do Advogado Geral da União do Estado do Piauí Dr. Manoel Paz, agradecer o pessoal do Ministério da Pesca, ao ICMBio na pessoa do Dr. Adriano, a Polícia Militar do Estado do Piauí que é uma grande parceira nossa, sou muito grato ao trabalhos que os senhores vem desenvolvendo em ações conjuntas, a Câmara de Vereadores na pessoa do seu Presidente, ao Ministério Público do Estado, ao Ministério Público Federal Dr. Saulo, ao Padre, sua benção Padre, a Equatorial que também faz um trabalho muito importante conosco e agradecer especialmente aqui a Ordem dos Advogados do Brasil, a imprensa, não posso deixar de agradecer a esse povo maravilhoso, querido que eu tenho uma grande paixão, eu sou muito bem recebido quando venho aqui em Cajueiro da Praia, Cajueiro da Praia não está esquecido e não vai ser esquecido, na minha gestão eu venho trabalhando e trabalhando muito e fico feliz com as palavras da Deputada, do Prefeito que nós avançamos, conquistamos e juntos somos mais fortes, nós entregamos uma área um termo de autorização de uso sustentável em prol dos nossos pescadores, lá no Porto da Lama com mais de 23 mil metros e com essa área de vocês, vocês agora tem documento, tem legalidade e isso é importante e vamos juntos honrar a bandeira do nosso Brasil: Ordem e Progresso e vamos progredindo e vamos avançando.

Eu vou começar minha apresentação: Bom dia, eu falo sobre a regularização fundiária do município de Cajueiro da Praia, no Estado do Piauí.

Pessoal, regularização fundiária é uma das coisas mais importantes que o Estado tem e o Estado dormiu, ele simplesmente deixou gestões passadas não progredirem por falta sabe de quê? De compromisso. Eu não estou falando aqui mal de ninguém, eu estou falando que eu estou trabalhando em prol do Estado do Piauí. Eu estou em Cajueiro da Praia, eu estou em Teresina, eu estou em Piripiri, eu estou em Luís Correia, tá? E eu estou com o Incra, com a Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, nós estamos fazendo um trabalho muito importante em prol do Estado e aqui hoje em prol do município de Cajueiro da Praia.

Eu vou falar um pouco aqui da história que relata como é que aconteceu que essas áreas vieram pra União, tá? Isso começou lá de 1940, em 1943 tivemos uma sentença e essa sentença ela separou as glebas para a União, é importante vocês aí acompanharem, vocês vão saber um pouco da história da terra de vocês, como é que tudo aconteceu. E eu vim aqui, em primeiro lugar, eu queria aproveitar antes de eu entrar na minha fala, pedir respeito a instituição, não é vocês, vocês não tem nada a ver com isso, mas a mídia, por favor, a imprensa quando for divulgar alguma coisa, divulgue com conhecimento técnico, divulgue com segurança. Não é justo colocar o nome da instituição e dos servidores, a gente não está para fazer nenhum mal para vocês, a mídia ela veio numa situação em querer denegrir a instituição e denegrir a minha imagem, denegrir a imagem do prefeito isso fica feio, eu só posso falar com ordem do órgão central, eu tenho uma chefia, eu não mando não, gente, eu sou mandado. Então, tudo que eu faço eu tenho que colocar para minha chefia e minha chefia é ela quem autoriza ou não eu ir para imprensa ou não, não é eu chegar, vou dar uma entrevista, não funciona assim. Mas de qualquer forma, eu vou sempre atender a imprensa, estamos lá de braços abertos, é só comunicar a Brasília e a gente vai se pronunciar, eu sigo ordens, tá? eu vou mostrar a área aqui para vocês.

A origem fundiária do município de Cajueiro remonta a divisão judicial da data de Santana ocorrido em 1943, como no caso aconteceu também em Teresina, a divisão de datas ocorreu em todo o Piauí, inclusive na capital Teresina que é chamada data-

covas. A referida decisão abrangeu uma área de 5.782 hectares e conferiu o quinhão de 4.894.0322 a União. Já, já vocês vão entender essa situação aí.

Então, o juiz, tudo começou com o Sr. Manoel Ricardo de Lima, ele procurou o Judiciário e havia muito conflito naquela época, então o juiz, ele por sentença, determinou por gleba, o que seria da União e o que não seria da União. Muitas glebas ficaram dentro da área da União e a União ela simplesmente separou essas áreas, mas não tirando o direito do domínio útil da área. E essa situação do Manoel Ricardo de Lima separou a área da União e justamente por favor me mostra o mapa, por gentileza? Esse é o mapa que separa, que demarcou a área da União por sentença judicial de 1943, é uma réplica aqui. O que está em amarelo é a área da União. Por favor? Essa é a planta da Data de Santana, essas áreas foram todas separadas para a União. Mostrar para vocês aqui, que ninguém teve conhecimento não é? E justamente a área do Sr. José, José não, é Manoel Ricardo de Lima, a área dele ficou justamente no desenvolvimento econômico da cidade não é? Pode passar, então foi dada a ação de demarcação separada da área da União, que também ficou dentro de glebas, quero deixar bem claro. Pode passar, então, definitivo a propriedade da União conforme a divisão judicial foi promovida a inscrição de ocupação de Manoel Ricardo de Lima junto a SPU, conforme RIP de Nº 1113.0000787 - 80, essa área foi posteriormente, agora a gente vai entrar no emblemático está certo? O senhor Manoel Ricardo de Lima, ele ficou proprietário dessa área, legalizou essa área dentro da SPU e conclusão ele veio a falecer. E como ele faleceu ele deixou oito herdeiros tá? E ficou responsável para administrar esse bem o Dr. Senhor José de Anchieta, Juraci tá? E aí foi verificado que essa área estava dificultando o desenvolvimento da cidade. Não sei se vocês recordam houve uma reportagem na Rede Bandeirante, onde colocou que a área estava toda vendida, está tudo vendido, por isso que eu falei vão fazer uma reportagem? Procurem o setor, se baseiem juridicamente que não é verdade, uma matéria sabem completamente sem fundamentos e eu vou mostrar para vocês. Volta lá, por favor, então no de 1997, o artigo 35, inciso II, dos Atos das Disposições Condicionais Transitórias da Constituição do Estado do Piauí, foi criado o município de Cajueiro da Praia. Cajueiro da Praia veio em 1997. Então está tudo ali o ato, pode passar. Cenário zona urbana da sede do município dentro do PIP, olhem o que eu falei: de Manoel Ricardo

de Lima, toda a irregularidade fundiária, vendas ilegais, município em que deveria realizar obras públicas em razão de medidas judiciais impetrada pelos herdeiros detentores do RIP, total limitação do Poder Público de ordenamento urbano em razão da...de particular sobre o crescimento da cidade. Nenhum cidadão cajueirense com direito a moradia reconhecido mobilização social, o que acontece aqui pessoal? É simples, quando tem essa situação de entendimento da zona urbana, realizar obras públicas e aí a gente tem que fazer o quê? A gente tem que clamar pela supremacia do interesse público. Para que não sabe o interesse público prevalece sobre o particular, não pode o dono de um RIP querer tirar direitos de todos, então dentro dessa lógica, dentro desse contexto.... Falaram na reportagem olha, foi vendido tudo. Olha a União em 2008 ela verificou isso e garantiu o direito de vocês, a área está desde 2008 lá separada para cada um morador. E gestões passadas não fez com uqe vocês tivesse o que é a propriedade um documento, sabe? É muito triste você não ter casa e dizer: "Você mora onde?" Moro ali, mas e aí? Você não pode vender , você não pode transferir, você fica em uma situação completamente irregular. E quando eu falo de regularização fundiária de fomentar a economia. Vocês não tem noção os benefícios que a regularização fundiária traz em todos os aspectos - valoriza teu imóvel, valoriza o recolhimento de impostos, valoriza a transação dentro de cartório e nessa situação o estado tem que agir, o estado tem que estar presente, o estado tem que tá com a sua mão e essa situação da mão do estado ela ocorreu em 2008. Em 14 de novembro a gente teve audiência pública. Doutora eu queria frisar que é a primeira audiência pública da Alepi, parabéns para vocês. Então teve essa audiência em 2008, acordo de cooperação técnica superimportante. Eu venho falar, aqui para o senhor prefeito. A gente precisa reativar essa área porque esse acordo está vencido e eu preciso regularizar a terra desse povo. Eu preciso dar o título para eles e eu conto com o senhor. Para se fazer uma regularização fundiária, ela é muito complexa. Complexar porque a gente se esbarra justamente na situação do que um engenheiro cobra para um georreferenciamento, um memorial descritivo mas a lei, a lei já para registrar 9636 de 98, ela ampara as pessoas que ganham até cinco salários-mínimos para ficar isenta das custas cartoriais, agora as custar que se encontram a parte de georreferenciamento e memorial descritivo nós temos que agir. Nós precisamos agir. E vamos agir como? Com o

Crea. Eu preciso de você, Crea, para justamente... Está aqui o Crea? Eu preciso justamente fazer um acordo com a prefeitura, conosco para a gente abranger essas pessoas que não têm condições que são hipossuficientes e com isso a gente vai avançar. Então, a primeira parte é o georreferenciamento e o memorial descritivo. Segunda parte: Eu vou fazer, vem para SPU, o senhor recebe o processo a prefeitura tem que cadastrar, fazer o cadastro, esse acordo por isso eu quero reativar esse acordo.

SR. FELIPE RIBEIRO (Prefeito de Cajueiro da Praia) - Em 2016, no Governo da ex-prefeita Vânia, foi feito um cadastro de todas as famílias, nós fizemos só atualizar nós já estamos em negociação com a empresa naquele período, serviço para poder atualizar os cadastros e também os agentes de saúde, é muito importante também nessa logística para poder a gente poder atualizar os moradores que estão, vamos dizer nesse revolver (...) futuramente que é a área urbana de Cajueiro da Praia.

SR. MARCELO MORAIS (Superintendente da SPU) - É. É importante 2016 para 2021, já se passaram 5 anos, com certeza, tem novos moradores e a gente precisa avançar. Eu quero entregar esses títulos para vocês. É obrigação da minha gestão. Não é só em Cajueiro, não. Ai tem a parte de fazer o cadastramento, ai vem para SPU depois de tudo redondo vai para o cartório as pessoas que tem condições pela 13465 de 2017, aliás eu tenho três parâmetros, ai. Eu tenho a 9636 de 98, eu tenho a 13465 de 2017, e eu tenho um parecer jurídico que lá na frente eu vou falar dele do Supremo Tribunal Federal, feito pelo nosso Ministro Gilmar Mendes, superimportante. Agradeço, aqui ao Deputado Francisco, que trouxe uma... Já tava até aqui dentro. Quando eu falar disso vou cumprimentar. Junto com nosso advogado-geral da União - Doutor Manoel Paz, que veio para cá dar toda segurança jurídica para vocês. Então vamos avançar. O pessoal entendeu? Georreferenciamento, memorial descritivo, preciso do Incra para me ajudar junto com a prefeitura e a gente vai avançar. Fotos da audiência pública que aconteceu lá em 2016. Foi, aqui nesse mesmo localo acordo de cooperação técnica, vamos reativar ele, prefeito, já com todo mundo cadastrado. Olha gente eu vim aqui pra solucionar, eu vim aqui pra desenvolver, eu vim aqui para gente resolver os problemas. ficar brigando, confusão não anda nada; eu sou um gestor dirigente; burocracia às vezes atrapalha demais, mas a gente tem que ter as formalidades, entendeu? - A certidão de registro,-

Gente é lamentável jogar uma foto dessa em uma emissora de televisão de grande abrangência dizendo: "Olha, foi tudo vendido! O Dr. Marcelo já vendeu. - É criminoso isso! Isso não se faz. e a área já está separada desde 2008, a foto original e verdadeira está aqui. Eu quero dizer pra vocês com muita atenção aí ao detalhe, a área em vermelho é a área do RIP do qual o Sr. Manoel Ricardo de Lima era possuidor dessa área toda. Só que em 2008, a supremacia do interesse público sobre o particular ela veio e a área foi separada em azul, vocês podem olhar ali, em azul. Aquela toda em vermelho era a área do Sr. Manoel Ricardo de Lima, então, ele tinha 185.000m² - ele regularizou lá junto à SDU, com a sentença foi regularizado, só que o desenvolvimento não pôde ser feito devido porque ele era o dono do RIP, ele entrava com ação judicial e não deixava então o Estado teve que fazer a supremacia do interesse público e separou a área para regularização fundiária. Essa área hoje está separada. Então o que sobrou para o Senhor Manoel: três partes remanescentes lá. a parte de cima, a parte que o Adriano acabou de mostrar aqui a área do Socó e a parte aqui de baixo. E essa toda em azul é a área que a gente precisa ativar o acordo de cooperação técnica para se fazer a regularização fundiária. Lembrando, a prefeitura dentro do seu plano diretor, segundo informações até do Presidente, ele está sendo atualizado porque é de dez em dez anos, mas parece que também o plano diretor tem que mudar, eu não sei, não vou entrar nessa linha que não é minha. Mas conclusão, o Dr. Felipe, prefeito da cidade, ele com seu plano diretor ele tem o parcelamento do solo, toda essa parte ele pode chegar ali no RIP ali e falar, "olha é área que engloba interesse público, regularização fundiária, aqui eu quero desenvolver uma creche, eu quero fazer uma escola, eu vou fazer um hospital municipal. "então ele pode. E isso não é só nessa área não, em qualquer área pra ser ocupada ele clamar pela supremacia do interesse público. Isso é legal, não é ilegal, basta mostrar orçamento, tudo isso.

Então gente, voltando pra cá, ali está separada a área. Essa área foi separada em 2008 . Fizemos alguns cadastros, não foi todo mundo contemplado, mas o cadastro de algumas pessoas a declaração que foi colocada, a declaração de interesse público, a área registrada em cartório; essa área está em poder da União, aquela área azul, lá. eu mostro aqui para a deputada, para o prefeito, Em 2008 foi separada. Então essa imagem

aqui ela é fake, não é a realidade, a imagem verdadeira essa daqui, desde 2008. Em gestões passadas não conseguiram andar mas a gente vai andar, aqui a gente vai fazer. E eu tenho certeza que o prefeito está do meu lado, a deputada está do nosso lado, vocês estão do nosso lado. É superimportante, juntos nós somos mais fortes! Vamos avançar! Então conclusão: houve um processo onde teve uma confusão grande dizendo que a área foi vendida e todo mundo perdeu suas casas. Gente ninguém perdeu casa nenhuma! Acabei de mostrar pra vocês a área e mostrar documentos. Se vocês quiserem o documento vai passar aí para vocês. Então nesse processo solicitando a transferência do RIP a SPU ela recebeu esse documento e depois o repórter mostrou um documento que mostra três assinaturas, quero deixar isso bem claro! Eu vim aqui para deixar bem transparente com vocês! Além daquela foto ele colocou: ah, aquela área foi vendida. O Dr. Marcelo já assinou. E aí gente, sabe o que acontece? A área está acima de 50 hectares, então 50 hectares é o órgão central que faz todo o procedimento. Eu só sigo o que eles mandam. Então a área remanescente é de 101.000m², isso Brasília trava o procedimento. Os meus técnicos que estão aqui, não vão deixar eu mentir, quando eu olhei aquela reportagem cheguei a pular: eu assinei terra de venda? Que loucura! Na realidade pessoal, foi assinado um procedimento interno administrativo, a fim de se fazer trecho em logradouro e avaliação do imóvel, um procedimento comum onde os técnicos eles fazem lá, passam por mim, porque eu não sou técnico. Eu assino o que eles fazem, eu leio e a gente chega a uma conclusão. Eu autorizei eles mexerem no Sipia, é um sistema interno de controle dos imóveis da União e lá os engenheiros foram fazer o trecho, como área estava sendo pedida para se fazer uma transferência, a gente tem que se cercar juridicamente de tudo para não pode cometer qualquer ato ilícito, ilegal. Então isso foi verificado e os técnicos foram autorizados a mexerem no logradouro, no trecho e na avaliação da área e o documento está aqui. Doutora aquele documento ali eu entrego nas mãos de vocês para vocês verem que em momento algum a União fez qualquer tratativa e autorizou ou deferiu venda de área, até porque, a área do revólver como é conhecida aquela foto, que parece um revólver, ela já está garantida pra vocês.

Volta lá, por gentileza! Não é questão de sigiloso não, o processo é público! O arquivo é público! Artigo 37 da Constituição fala da publicidade, agora o que não pode é,

doutor, concorda? Hoje até a lei manda nisso, a lei de informação, a única coisa que a gente supre lá é o CPF da pessoa, os dados pessoais eu não posso divulgar, eu estou cometendo crime, entendeu?! Não é verdade, doutor? Ah, e outra coisa: é só solicitar da União, lá tem dentro do patrimônio de todos, vocês têm o direito de solicitar e a gente vai deferir. Concorda, doutor?

Eu quero que vocês entendam, saiam daqui todos entendidos. Aquela parte lá em cima vermelha, é área do RIP, do particular, a outra do lado lá é do particular, aqui embaixo é do particular, a toda azul é área que foi separada para se fazer a regularização fundiária, desculpa, é roxo! Á área roxa é a área que foi separada, fundiária, tá bom?

Isso, a vermelha é RIP, a roxa é área da União para regularização fundiária.

SRA. TERESA BRITTO (PV) - Eu queria só pedir assim, vocês...

SR. MARCELO MORAES (Superintendente da SPU) - A gente vai chegar lá, calma, calma.

SRA. TERESA BRITTO (PV) Eu queria só pedir, Doutor Marcelo vai, eu queria que vocês anotassem em papel, aqui tem caneta, vocês anotarem todas as dúvidas.

SR. MARCELO MORAES (Superintende da SPU) - Eu vou chegar, eu vou tirar todas as dúvidas, eu só...

SRA. TERESA BRITTO(PV) - Eu quero pedir, Doutor Marcelo, para fazer toda a apresentação e todas as perguntas nós vamos dar o microfone para fazer, ouviu Dr. Jorge e populares ?

SR MARCELO MORAES (Superintendente da SPU) - Tá pessoal, só pra finalizar aqui, a área em roxo é a área separada desde 2008 para se fazer as regularizações fundiárias.

Eu falei do particular, essa área toda era do senhor Manoel Ricardo de Lima. Eu falei, essa área toda ali era do Manoel Ricardo de Lima, isso foi explicado. Só que a União separou a área em roxo dele, e ele perdeu parte da área dele lá, praticamente quase a metade, tá bom? Vamos lá.

SRA. TERESA BRITTO (PV) - Só uma contribuição para ficar entendido. Na verdade toda a área é da União, os oito herdeiros tem uma posse, através de um RIP que nós estamos questionando aqui todas as ilegalidades que aconteceram, por que nós

queremos o cancelamento? É isso, entendeu? Então não é do senhor, é apenas uma posse regulamentada por um RIP, mais a área continua toda da União. E aí, nos vamos depois com as perguntas para a gente continuar aqui, para não tirar, não cortar o raciocínio dele, nós estamos aqui fazendo as perguntas, quem tiver aí pode também anotar, depois Dr. Marcelo senta e vai responder. Continuando, viu?

SR. MARCELO MORAES (Superintende da SPU) - Tá. Vamos acelerar, aí. Beleza? Tranquilo? Então quer dizer a área em roxo, é uma área que naquela época que foi feita em 2008, não tinha ocupação foi separado pra fazer o interesse público, regularização fundiária. O que sobrou lá em vermelho, é a área de quem tem o domínio útil, tá que são os herdeiros. Que são oito.

Vamos construindo um raciocínio, tá bom? Vamos lá!

Conclusão: a área mantida do RIP dos herdeiros de Manoel Ricardo de Lima, cuja suposta venda foi motivo de notícias na mídia, não abrange a sede do município. A notícia veiculada na imprensa de que o município está abandonado e que o povo é carente de apoio da SPU, ela não tem segurança jurídica porque a área já foi separada. Os interesses na área supostamente vendidas são de pessoas que compraram lá de particulares lá, dentro da área do RIP.

Então, dentro dessa situação esse processo chegou na SPU, foi dado o comando internamente para se mexer em logradouro, trecho e avaliação, tranquilo, até aí não tem venda, porque tem que se fazer isso, procedimento. E aí os nossos técnicos verificaram que a área não pertencia só a uma pessoa, tinha mais sete herdeiros, imediatamente a Superintendência do Patrimônio da União, através dos técnicos, e imediatamente foi dado um despacho, assinado por mim, solicitando o que? Um inventário, até porque essa área que sobrou deles, ela não foi feita o fracionamento, ela está em condomínio. Então, como sobrou cento e um mil metros quadrados deveria estar dividida, o herdeiro um portanto, o herdeiro dois com tanto, herdeiro três com tanto, herdeiro quatro com tanto, e isso não aconteceu, ficou em condomínio. O que acontece em condomínio? Se vai vender esse pedacinho aqui tem que estar todo mundo dando o deferimento.

Então, a área também teve essa situação, porque? A gente não sabe. Eu estou falando que está em condomínio, vocês concordam comigo? A área não foi fracionada, está em condomínio e não está definida a área de cada herdeiro. Imediatamente demos um despacho solicitando que apresentassem o inventário e dessa forma também viesse o inventário, ah!, veio também uma procuração, a procuração também tem que ser assinada por todos, não basta um só assinar. Ah, o despacho está aqui, Doutor.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) Um minutinho Dr. Marcelo, só para a Dra. Ana Célia dar uma informação ajudar, contribuir na fala dele.

DRA. ANA CÉLIA - É que o RIP como o Dr. Marcelo colocou, está em nome dos herdeiros de Manoel Ricardo Lima e tem os procedimentos para transferência, porque o RIP é bom deixar claro sobre essa questão da posse a ocupação sobre a ótica do patrimônio da União ela é diferente da posse no código civil, então isso tem que ficar muito claro e o RIP claro que ele pode ser cancelado pelo interesse público como foi, isso está mostrado e desmente aquela história de que nenhum cidadão de Cajueiro tem documento, a posse como o Dr. Marcelo disse, a inscrição de ocupação pode ser cancelada por interesse público, mas ela é transmissível.

Então o que está sendo discutido no processo da vídia, estou acrescentando para devolver a palavra é que foi solicitado o desbloqueio do RIP para compra e esse desbloqueio que são os herdeiros, se você vai vender, os proprietários têm que vir, é uma venda como se fosse uma venda numa propriedade privada, e aí só apareceu a procuração de um, aí foi o momento que o Dr. Marcelo solicitou a representação dos demais.

DR. MARCELO MORAIS - Contribuindo aqui com o que a Ana Célia falou a venda de um possuidor de RIP, eu tenho um RIP eu quero vender para o Dr. Manoel Paz, eu tenho um decreto ali de 2398 de 87 que ele dá essa autorização para eu vender para o Dr. Manoel Paz, desde que haja recolhimento de nove que vai se emitir uma CAT, Certidão Autorizativa de Transferência e em cima disso vamos autorizar aos cartórios a lavrarem a escritura pública.

Conclusão, a SPU tem que, dentro do decreto emitir a CAT, só que quando eu vou emitir a CAT eu já verifico que, opa, pera aí ! Não é só ele não, tem Ana Célia,

Renato, Marcondes, Adriano e isso nós temos que já sanar para não ter nenhum tipo de ato ilegal é isso que fizemos, demos um despacho.

Então eu já falei, não vou ser repetitivo aqui, falei da notícia de imprensa, trago a verdade para vocês, a área está devidamente separada, registrada em nome da União em prol da população, aquela área em roxo. Lembrando que tem as áreas em vermelho, e a pergunta dele ali sobre as áreas de vermelho.

As áreas em vermelho o que acontece, a União, a Prefeitura tem a lei, a Lei fala no Artigo 10 na 9.636 de 1998 sobre a revogação e cancelamento e eu tenho a 13.465 de 2017 que também fala de causas de cancelamento e revogação.

Então dentro desse contexto que eu sou dono da área, a área particular, eu tomo posse e lá estou deixando haver crime ambiental, eu abandonei a área, eu deixei de recolher por três anos, a lei não é o Dr. Marcelo, não é o Dr. Marcelo, ela fala: Oh! revoga lá, cancela lá, e junto com o ICMBio que tem um grande interesse na preservação ambiental, eles hoje deixa essa porta, aquela parte lá de cima, quem está a minha direita lá em cima é justamente a área que está a parte verde, a parte ambiental, que hoje tem crime ambiental naquele pedaço, hoje tem embargo do ICMBio, concorda Adriano? E já tem até pedido pra se fazer o cancelamento dali, porque a lei manda cancelar, entendeu?

Eu quando falo, trago uma situação genérica, ela engloba todo mundo que está dentro da área que tem o seu RIP, tem que tomar conta, se não tomar conta. É o seguinte: nós estamos trabalhando para regularizar e acertar as situações, eu vim tratar aqui de uma parte que ... (faça o pedido, eu vou verificar o seu processo, quando acabar a reunião o Senhor me procura, está joia)?

Vamos lá, gente, vamos avançar, que eu não quero tomar o tempo de vocês, eu só vim aqui para trazer comprometimento, para tirar as dúvidas de vocês e mostrar para vocês que Cajueiro tem muito para avançar e a gente vai avançar junto, tá bom?

Ana Célia, eu vou te pedir pra você falar um pouco do Morro Branco.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu queria só antes da Dra. Ana Célia falar, eu senti lá principalmente quem fez a pergunta para o senhor, mas de outros ali, é que o Dr. Marcelo colocou a questão da solicitação do ICMBio de cancelamento. E aí eu pergunto, esse cancelamento foi solicitado de toda área? porque nós entendemos que

inclusive é um dos encaminhamentos hoje da Assembleia, aqui representado pelos 3 deputados, é um entendimento dos três, é que diante do abandono, diante dos crimes ambientais, diante da expansão da cidade ...

SR. MARCELO MORAES- Deputada, eu vou chegar, eu só separei o ICMBio, eu vou chegar na outra parte que está ocupada, eu estou indo para o todo, estou indo por partes, eu englobo tudo, estou na parte lá de cima, que eu estou realmente já dizendo: poderá haver o cancelamento do Incra, discussão da prefeitura, do ICMBio, essa parte já está mais do que caracterizada, que existe crime ambiental lá.

Então, ela vai falar aqui um pouquinho que o nobre colega solicitou, aproveitando o ensejo, a gente vai falar rapidinho de Morro Branco, tá bom?

Sra. Ana Célia - Então, gente, respondendo à provocação do Morro Branco, primeiro quero manifestar em nome de todos os servidores da SPU o repúdio às declarações falsas, caluniosas que foram feitas na Assembleia, de que servidores do patrimônio da União são corruptos, desculpa mas eu preciso falar, Dr. Marcelo porque eu sou servidora da Casa e fui superintendente um tempo, fui para o ICMBio e estou de volta agora como técnico lá apoiando.

Então assim, a equipe é uma equipe muito comprometida e a gente sempre trabalhou dentro das limitações. Então, no Morro Branco, quando começou o processo de regularização fundiária aqui do Cajueiro da Praia, veio o interesse também, a provocação do Morro Branco, sim, nós queremos também a regularização do Morro Branco. E teve um cadastro que foi feito até pela população mesmo lá das áreas e daí a gente partiu pra algumas iniciativas. O Morro Branco tem dois RIPs, Rafael, volta veja se tem uma imagem na frente dessa casa em Morro Branco? Daquela casinha do Morro Branco, eu vou tentar ser o mais breve possível, Não.

PARTICIPANTE - Discussão inaudível.

Não é por isso que eu quero demonstrar para que fique bem claro.

SR. MARCELO MORAES (Representante do SPU) - Eu até me posiciono aqui aos moradores de Morro Banco, procurarem o prefeito, a SPU, e a gente solucionar o problema está bem prefeito?

SR ANA CÉLIA (Participante) - A gente não está, mas assim o Morro Branco ele pega dois grandes RIPs, esses RIPs tem uma origem antiga, volta aí, para bem aí Rafael. Do lado aqui é Anchieta, Juraci, irmãos que nasceu essa gleba vermelha e para lá indo em direção a Barrinha é herdeiros de Antônio Cajubá de Brito, que também foi da mesma época da divisão da Data Santana e na verdade já ocupavam desde 1800 e alguma coisa já tinha RIP, tanto ele como o Manoel Ricardo de Lima tinha RIP, antes da Data Santana até. Então assim dentro da área do RIP do Cajubá, Cajubá de Brito, surgiram diversas ocupações, então se agente vai principalmente na margem da estrada tem várias casas quando você vai aqui da sede do Cajueiro para Barrinha. E essa área ela foi destacada, "essa imagem deveria estar aí, em algum lugar" Teve uma audiência pública ... passa aquela telinha de Morro Banco, Rafael por gentileza, mais adiantes, caiu? Sumiu..

Então aqui pronto, então assim foi feito no povoado Morro Branco, existe RIP também como disse: da família Antônio Cajubá de Brito, também da divisão judicial da Data Santana e aí surgiram diversas construções dentro dessa área. Eu tenho aqui algumas audiências públicas também que foram feitas. Fizemos uma audiência pública lá com a comunidade e também os detentores dos RIPs, a família foi lá, porque a própria família manifestou o interesse de regularizar, porque não tinha como de fato tirar aquela população de lá, então a família compareceu na audiência pública, eu tenho esses registros impresso aqui também. E aí foi eleita uma área para regularização, que foi a área próxima da estrada, infelizmente, a imagem não está aqui, mas vou tentar localizar. Então toda aquela faixinha da estrada foi desenhada para ser feita a regularização fundiária de Cajueiro da Praia. E também na época foram retiradas algumas cercas, porque é muito importante a gente separar o que é regularização fundiária de interesse social do que algumas ações e cercamento isoladas, em faixa de praia, então assim foi destacado uma área para ser feito isso e isso seria feito dentro do comitê gestor de regularização fundiária. Nós temos todas as Atas de reuniões que foram feitas, a gente não detalhou muito porque o foco a gente entendeu que não seria esse, mas eu tenho tudo impresso, tá? Então assim existia o grupo estadual de interesse social, existia o comitê gestor de regularização fundiária de Cajueiro da Praia, que fazia parte do acordo

de cooperação técnica. Tudo isso foi discutido dentro do comitê gestor, nós temos as Atas de reuniões, mas o processo não teve continuidade e aí prefeito, eu quero aproveitar a fala que me foi dada para reforçar para o Senhor que a ação de regularização fundiária não é só um ofício pedindo a Ata, ação de regularização fundiária é muito complexa, você tem que fazer cadastramento de famílias, você tem que ter georreferenciamento. Na época que foi feito o da aqui da sede, a equipe da SPU vinha toda semana e tinha uma equipe da prefeitura, em uma sala que a prefeitura disponibilizou para tender, porque tinha que coletar a documentação das pessoas. E esse acordo de regularização fundiária foi firmado na época foi contratada uma empresa pelo município que fez o cadastro das famílias. A gente sabe que tem ainda que concluir, mas um ator importantíssimo é o município a SPU faz a sua parte e protagonizou toda essa história, foi feita a regularização fundiária urbanística, a regularização cadastral urbanística e cartorial, então teve o decreto de aprovação de parcelamento de solo pelo prefeito, teve a alteração do registro de imóvel, teve taxas dos moradores. Então, assim é preciso a gente entender que o desejo de dispor de diárias ele é válido, ele é importantíssimo, mas isso precisa obedecer os trâmites. Então se existe necessidade de moradia no Morro Branco ou onde quer que seja isso precisa ser feito da forma correta. Não dá para simplesmente chegar cerca a área e dizer que eu vou, estou fazendo regularização fundiária. Até porque muitos cercamentos às vezes viram venda para pessoas de fora, acaba que não é uma ação de fixação do morador. Eu estou alertando isso porque a gente tem que separar as coisas e entender que tem caminhos legais para tudo. Tudo que foi falado de legislação Reurb. A legislação patrimonial da União, ela oferece muitos mecanismos para regularização fundiária. O Dr. Marcelo, falou alguns. Os caminhos existem. Foi iniciado um trabalho, foram feitas 290 CDRUs para sede do município. Mas, isso foi feito com apoio do município. Infelizmente só teve um gestor que deu apoio a nossa ação, verdade seja dita. Para que as coisas aconteçam não é só um ofício. A gente precisa de fato de ter ações. Eu acho importantíssimo essas verbas, essas emendas que vocês estão propondo porque pode possibilitar uma contratação de empresa, pode possibilitar de fato essa parte prática do processo. Mas, assim dentro do Morro Branco, o que foi feito, foi eleição daquela área da pista que é a área onde efetivamente se consolidam mais as ocupações

de moradores e essa área seria feito uma declaração de interesse público, seria feito e todo o processo foi feito aqui na sede. Isso que o Doutor Marcelo, mostrou portaria, cadastro e tantas coisas que foram feitas. Mecanismos legais existem. É preciso realmente um comprometimento para uma ação efetiva para que as ações aconteçam. Acho que o Interpi, vai ser um grande parceiro o Doutor Marcelo, já está articulando. Mas, assim o Morro Branco, parou ai nesse momento de eleição dessas áreas mas existe uma necessidade grande realmente de avançar com a regularização e, ai eu reforço a importância do papel do município nessa ação.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Nós vamos continuar mantendo a paz, o diálogo.

SR. MARCELO MORAIS (Representante da SPU) - Vamos manter a paz, a tranquilidade. Eu vim, aqui para trazer a realidade da área, trazer soluções e a gente avançar.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - O Doutor Marcelo, vai continuar para gente concluir a parte do SPU para poder a gente vir para as outras autoridades e os encaminhamentos.

SR. MARCELO MORAIS (Representante da SPU) - Pessoal deixa eu continuar, aqui por gentileza. Eu alei do ripe lá, lá em cima que tá lá em vermelho. Aquela área está hoje sob uma condição de crime ambiental e a lei, a legalidade e a mão do estado vai pesar ali. Infelizmente a gente vai ter que fazer, ai um procedimento em prol do meio ambiente. Agora eu vou partir para área em vermelho do meu lado esquerdo. Essa área ela estando ocupada, estando tendo ocupação ali a gente tem três mecanismo de regularização. Eu tenho a 9636 de 98 que fala: Aqueles que estiverem ocupando a área desde de 10 de junho de 2014, comprovam na SPU e a SPU, ela vai dar a inscrição de ocupação. Então quem estiver naquela área ali desde 10 de junho de 2014, para traz só procurar a SPU dá entrada no documento. Isso eu vou dizer com o parecer jurídico do STF, é caminhando junto, é por ai. Eu tenho, também... eximiu 13.465 de 2017, que na lei fala de ocupações, acho que até agosto de 2016, 22 de dezembro de 2016 não é? 22 de dezembro de 2016, a 13.465 de 2017, que traz o Reurb, Reurb S e Reurb E. O S é para quem hipersuficiente e o E é para quem tem condições de pagar os emolumentos. E a terceira situação eu vou pedir ao advogado geral da União do Estado do Piauí, Dr.

Manoel Paz, para falar um pouquinho do parecer jurídico do STF, que foi assinado pelo Ministro Gilmar Mendes, só umas breves palavras, por gentileza Dr.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Com a palavra o Dr. Manoel Paz.

SR. MANOEL PAZ (Advogado geral da União) - Vou pedir licença para tirar um pouco a máscara, porque não consigo falar muito alto tá? Então, em primeiro lugar eu gostaria de me apresentar. Eu sou advogado da União, sou consultor jurídico da União no Estado do Piau, coordeno uma equipe de vários advogados também no Brasil inteiro, sou coordenador nacional de análise de todas as obras que a administração direta do Governo Federal faz no Brasil inteiro, tá? São milhares, então, faço a coordenação da parte jurídica. O Dr. Marcelo, ele me convidou aqui, eu trabalho lá em Teresina. E ele me convidou para vir aqui para expor a minha opinião jurídica sobre o caso, porque ele fez esse questionamento sobre o caso que está acontecendo aqui em Cajueiro da Praia. O padre Luis ele vai confirmar que São Paulo ele disse assim "Tudo é Vosso" Então o pessoal da imprensa é bem, vamos dizer assim criativo e eu espero que não apareça nenhuma manchete dizendo assim "O advogado da União diz que tudo é vosso" Mas vejam só na minha opinião tudo é de vocês, a minha opinião jurídica. Agora deixa eu explicar porque; Primeiro ponto, se eu vou explicar todas as questões envolvidas com relação ao patrimônio da União a gente tem que voltar até ao descobrimento do Brasil, a gente tem que voltar as Capitânicas Hereditárias, a gente tem que falar sobre doação de terra, a gente tem que falar sobre uma série de institutos que surgiram de lpa para cá, então essa é uma questão histórica que eu não vou adentrar. Mas em determinado momento na história foi concedido um registro imobiliário, quem já comprou uma casa no cartório sabe que o registro imobiliário é a prova de que a propriedade daquele imóvel é sua, certo? Em determinado momento na história foi concedido um registro imobiliário para uma pessoa que abrangia tudo essa área de Cajueiro da Praia, quando nem se quer existia o município ainda, só que posteriormente a isso aí, veio o legislador constituinte e eis a importância da gente conversar diretamente com os parlamentares, temos três parlamentares aqui. Mas posteriormente a esse registro imobiliário veio uma norma constitucional dizendo - "Olha, agora não é mais de Fulano, agora é meu ou seja, agora é da União. Em outras palavras Senhor José de Anchieta, agora é o nome que mais aparece aí, embora sejam oito herdeiros, mas os antepassados dele tinham registro

imobiliário, de propriedade e depois vem uma nova ordem constitucional de disse: "Olha agora não é mais seu, é meu", Meu que eu digo do Governo Federal, mas você continua com o título, você continua com o registro imobiliário, não tem nenhum problema. E você tem algo que é chamado de direito de preferência ao aforamento, enquanto isso você fica aí com o domínio útil ou seja ele tinha possibilidade de utilizar de extrair benfeitorias, extrair frutos, dividendos e assim por diante do imóvel, essa era a situação. Vejam só a nossa Carta Constitucional, nossa Constituição, ela diz que as pessoas vinculadas diretamente à terra, elas se tornam com o passar do tempo proprietárias dessas terras, certo? Eu ouvi aqui, não sei se foi o senhor Manoel da Associação de Morro Branco, mas eu ouvi ele falar de uma senhora que estava ocupando um imóvel que tinha 115 anos já de antepassados, é isso mesmo? Ela passou para os filhos, que passaram para os netos, que passaram para os bisnetos e assim por diante. A nossa constituição fala que as pessoas que estiverem na utilização com vínculo direto com a terra, elas têm direito a essa terra, de acordo com determinadas condições. Certo? E isso não é a favor de ninguém, está inscrito na nossa constituição. Então, passando adiante, a gente vai ver outra característica importante, é que as posses anteriores, ou seja, a história da terra se soma. Então vamos supor que seja dona Maria o nome dela, a dona Maria passou cinco anos naquela terra e passou para seu filho, que passou mais cinco anos na terra, que passou para seu neto que passou mais cinco anos, estou colocando cinco anos, vocês me perdoem, as pessoas vivem muito mais! Mas é para ilustrar. Então esses períodos eles se somam. A soma das posses é utilizada para fins de usucapião, aí alguém vai me dizer assim: mas não existe usucapião contra bens da União. Realmente não existe usucapião contra bens da União. Ninguém pode, morando numa terra, dizer assim: eu tenho 50 anos nessa terra que é da União, agora é minha por usucapião. Isso não vai acontecer! Mas o direito é cheio de meandros e existe o domínio útil e existe o usucapião sobre o domínio útil que no final das contas tem quase o mesmo efeito de ser uso capião sobre a propriedade, mas o direito chama não de propriedade, mas usucapião sobre o domínio útil.

Agora eu vou entrar em uma decisão, eu encaminhei essa decisão para o Dr. Marcelo, que é a mais recente, 2019, embora existam outras também do próprio STF que

são interessantes. Existem algumas diferenças entre o caso do STF e o caso de Cajueiro da Praia, entretanto, é isso que quero chamar atenção, as semelhanças são gritantes! Porque não existem dois casos idênticos. Nessas decisões do Supremo Tribunal Federal reconheceu-se o direito de uso capião ao domínio útil em relação a foreiros, aí alguém me diz assim: ué, mas o José de Anchieta não é foreiro! Ele tem inscrição de ocupação. Lembra que eu falei do registro imobiliário e que o registro imobiliário é a prova da propriedade, mas só que essa prova não valer contra a União?! Então, vamos dizer em termos bem simples, ele é proprietário, entre aspas, mas por uma situação posterior, ou seja, a vinculação dos senhores e senhoras da terra, constitui-se uma nova situação jurídica. Em outras palavras, ele perde, é chamada prescrição aquisitiva. Ele perde o direito ao domínio útil quando ele não exerce e outra pessoa vem exercendo durante o tempo constitucional. Então vejam só, eu vou te responder logo, a soma das posses ela não precisa estar dentro da mesma família. Então a dona Maria estava há cinco anos lá e ela vendeu o direito para o seu José, que não era parente dela, mas o seu José continua exercendo a posse e vendeu para o seu Antônio, que também não era parente do seu José, mas que continua exercendo a posse, eu tenho a soma das posses. Respondido?

Doutor, princípio da continuidade, termos em latim também, a esses possessiones, não deve saber mais, enfim.

Agora eu tenho que fazer um pequeno parentese, a minha função, eu sou empregado dos senhores e senhoras, tá? Eu trabalho para todos aqui, certo? Quem paga o meu salário são todos aqui, e eu me esforço o máximo que eu posso para fazer aquilo que está ao meu alcance, e quando eu falo aquilo que está ao meu alcance, eu tenho que dizer qual é o meu limite, e o meu limite é que eu sou um advogado que pela lei só posso fazer alguma coisa para o governo federal. Eu só estou aqui, porque o Doutor Marcelo encaminhou um ofício, requisitando a minha presença aqui.

Eu nunca fiz concurso, por exemplo, para a defensoria pública, mais é uma área linda, maravilhosa e aí por exemplo, a gente teve a ideia do deputado Francisco Costa, cadê ele? Precisou sair. Mas o deputado Francisco Costa falou uma coisa interessante, “olha tem que envolver o Tribunal de Justiça nisso aí”.

O Tribunal de Justiça ele é responsável pelas questões, pela fiscalização das questões cartoriais, de outro lado a gente também tem um outro ator muito importante chamado Defensoria Pública, então, eu não estou, só um parentese, eu não estou tirando as outras possibilidades que o doutor Marcelo já falou aqui de demarcação daquela área em roxo, de reconhecimento de determinadas situações jurídicas, eu estou falando uma alternativa jurídica que existe para os senhores e senhoras. Seria demandar judicialmente, do imóvel que ocupa. Obviamente, isso vai precisar de um advogado? Vai. Existe a Defensoria Pública, nós temos três deputados aqui, que podem sim, fazer alguma coisa com relação a isso daí. Então, tem notícia de que houve invasão de área que já estava a um bom tempo ocupada por alguém, a defensoria pública pode vir. Eu não posso agir, eu não posso ajuizar em uma ação em nome de nenhum dos senhores e senhoras, porque minha função me limita a trabalhar dentro do governo federal. Quisera eu poder fazer isso, ajuizaria em nome de todo, mas não posso. Por conta das minhas funções, porque a lei me impede, certo?

Então, precisa de uma demarcação da área? Sim, precisa. Mas a gente também está vendo essa mobilização, de que há a possibilidade que o próprio município, o próprio governo do estado venha a custear. E aí, eu ainda digo mais, vocês estão vendo aquelas duas áreas ali em vermelho e em roxo. Não importa! Quando eu falo dessa questão do , não importa se a sua área está dentro da área vermelha ou dentro da área roxa.

Porque aqui é uma questão que vai para dentro do cartório. É simplesmente se buscar uma ordem judicial, em que o juiz vai dizer, eu reconheço o usucapião do domínio útil em relação as coordenadas tais, do imóvel pertencente a dona Maria, inscreva-se em cartório. Aí o juiz manda inscrever no cartório, o cartório faz lá uma averbação da nova área, diz assim, olha essa nova área aqui demarcada, ela saiu da área do senhor José de Anchieta e agora pertence a dona Maria, no cartório. E o cartório por sua vez, vai comunicar isso a Superintendência do Patrimônio da União que vai fazer a regularização no sistema do patrimônio da União.

Veja só! Nem precisa ajuizar uma ação contra a SPU. Na verdade é contra aquela pessoa que não vem exercendo a posse anos e anos a fio, certo? Agora, só pra

terminar, tem que ter essa mobilização, eu elogio muito aqui os deputados que vieram. Os servidores públicos, iguais a mim, que vieram aqui todos estamos interessados no bem comum. E essa mobilização ela tem que surgir, porque tem a necessidade de outros atores aqui, deputada, certo? Pode falar.

SR. MANOEL PAZ (Advogado Geral da União) - Olha, no Brasil temos essa questão que as demandas judiciais precisam de advogados. A Lei, estou dizendo a lei não é a favor de ninguém, a lei te garante ações possessórias a partir de ano e dia da sua posse ininterrupta, então você tem mecanismos de garantir a sua posse judicialmente, então infelizmente eu não posso adentrar em muitos detalhes sobre isso.

Tem uma questão coletiva aqui, tem uma questão de interesse coletivo aqui. O titular para defender os interesses coletivos nos termos da constituição chama-se Ministério Público e em alguns casos também a Defensoria Pública. Então, ou o Ministério Público ou a Defensoria Pública para poderem agir, para pedir uma tutela por parte do poder judiciário para que fossem impedidas ou evitadas eventuais invasões a situações que já estão consolidadas durante algum tempo. Eu não posso agir como advogado da União, mas o Ministério Público e a Defensoria Pública podem.

SRA JÚLIA (Participante nativa) Sou Júlia, sou nativa daqui, toda minha família é nativa daqui

Eu gostaria de saber do Senhor Juarez, gostaria de parabenizar a Ana Célia por ter voltado para o SPU que muito contribuiu com o Plano Diretor de Cajueiro da Praia, quero só esclarecer para o Prefeito e o Presidente da Câmara que desde 2008 Barra Grande, Barrenha, Morro Branco, Cajueiro eles fazem parte da zona urbana de acordo com o Plano Diretor, lembrando também que todos os documentos que foram entregues aqui, nós, eu, como o Domingos que está ali fazia parte desse plano diretor.

Diante do questionamento que ouvi ali do colega a minha pergunta vai para o SPU: Eu como nativa eu gostaria de saber como fica a situação a partir de agora em relação a todas essas questões de grilagem de terra? Porque o que nós vimos aqui, o que nós estamos tendo em Cajueiro é grilagem de terra.

SR. MANOEL PAZ (Advogado-Geral da União) – Então, eu vou só encerrar a minha fala e o Dr. Marcelo fala.

SRA JÚLIA - (Participante nativa) - Eu gostaria de concluir por favor, seria para o Senhor Juarez que é muito atuante aqui e para o Senhor Marcelo que eu não conhecia e que é um prazer conhecê-lo. Então eu gostaria de saber porque muitos nativos daqui eles vivem fora, trabalham e pretendem voltar. Quando voltar aqui em Cajueiro da noite para o dia nós estamos milionários, invadiram, grilaram as terras e os nativos sabe Deus a partir de quando vai ter onde morar, porque toda essa beira de praia aí nenhum Cajueirense, nenhum nativo pode perguntar a população quem é que tem uma propriedade aqui, invadiram e estão vendendo exatamente para juízes, advogados, várias pessoas que tem dinheiro e não a população.

SR. MANOEL PAZ- (Advogado-Geral da União) - Eu vou deixar bem claro, não tenho propriedade...

SRA JÚLIA - (Participante nativa) - Eu não estou dizendo que é você, eu só estou relatando o que se escuta.

SR. MANOEL PAZ – (Advogado-Geral da União) - A única coisa que eu tenho é a minha casa e o carro, minha casa lá em Teresina.

SRA JÚLIA - (Participante nativa) - Obrigada. Eu levo para o Sr. Juarez que é atuante e para o senhor.

SR. MANOEL PAZ (Advogado-Geral da União) - Eu quero só encerrar a minha fala. Quero dizer o seguinte: Gente a lei está a favor dos senhores e senhoras, a lei está completamente a favor, existem mecanismos dentro da SPU, mecanismos que as pessoas podem adotar individualmente dentro e fora daquela área vermelha, da área roxa melhor dizendo, o que eu acho importante falar neste momento para resumir é que os senhores têm que buscar conhecimento, trabalhar, trabalhar muito, se esforçar, reivindicar seus direitos e estudar. Eu sei que tem muita gente que já está com 40, 50, 60, 70 anos que talvez o estudo não venha adiantar, mas pense os filhos, pense nos netos. Eu só queria deixar um pequeno testemunho aqui em homenagem ao meu avô, pai do meu pai, não sabia ler e nem escrever, a minha avó também não sabia nem ler e nem escrever, mas disseram para o meu pai: - trabalhe, estude - meu pai teve 20 irmãos, todos da mesma mãe, três morreram. Meu pai trabalhou no Mercado Central em Teresina, como magarefe de porco, era isso o que ele fazia e vendedor de mangas, mas seguindo o Conselho do

pai dele, ele trabalhava pela manhã, a tarde estudava em um colégio e a noite estudava em casa, era isso o que ele fazia, desde de pequeno. No final das contas ele se tornou policial, eu sou filho de um policial com uma professora, minha mãe é professora, meu pai policial. Meu pai cresceu dentro da carreira dele, eu não sei quantos o conhecem, não sei o pessoal daqui da Polícia Militar, mas meu pai chegou a ser comandante-geral da Polícia Militar há muitos anos. Com muito orgulho eu tenho o nome do meu pai, Manoel Paz e Silva, eu tenho Filho, mas a mudança de realidade dos Senhores, eu não sei quais as perspectivas, quais os sonhos, mas a mudança da realidade de vocês não vai cair do céu, lutem, trabalhem, estudem, pensem no futuro de seus filhos, é isso que eu digo. Eu não estaria aqui se não fosse o meu avó, pai do meu pai, que não sabia se quer ler ou escrever, falando pra ele, - filho estude. Que Deus abençoe a todos.

Só mais uma coisa eu examinei o processo que está sendo citado, gente o processo está no nascedouro, nascedouro, sabe aquele processo que acabou de nascer, não tem praticamente ato nenhum praticado dentro do processo há não ser os chamados Atos Ordinatórios, não existe decisão nenhuma dentro do processo. Atos Ordinatórios são aqueles que apenas movimentam os processos sem dizer que está certo ou errado, se A está certo, se B está errado e assim por diante tá? O processo está nessa fase, está no nascedouro, tá bom? Dr. Marcelo....

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Agradecer as contribuições do Dr. Manoel, brilhante, bem esclarecedora para que a população entenda de que o princípio da continuidade o que ele colocou aqui, se alguém vendeu a sua posse somada os anos, foi bem claro aqui que não é porque a pessoa comprou e ela chegou, ela não tem o direito ele colocou que o princípio da continuidade, isso no direito foi o que ele colocou.

Eu pediria ao Dr. Marcelo para a gente avançar porque as audiências públicas ela tem regimentalmente duas horas para acontecerem, nós já estamos com três. Então pedir ao Dr. Marcelo...por isso que nós estamos exatamente.....

SR. MARCELO MORAIS (Representante da SPU) - É porque o assunto é muito complexo, histórico, envolve muita coisa.

Mas uma coisa é certa o direito de vocês como foi falado aqui, demonstrado ele está constitucionalmente garantido, então não tem que ninguém ficar desesperado. A

gente está trabalhando junto com o prefeito, junto agora com a Assembleia Legislativa e o município nunca foi esquecido. Eu queria aproveitar aqui para a gente dar sequência atendendo aqui a Ordem dos Advogados do Brasil, vamos responder ...

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu pediria aqui, porque a gente precisa dar continuidade, por conta da questão, ouviu professora?

A gente vai agora dar continuidade aqui ... tem algumas pessoa aqui ouviu Dr. Marcelo? Nós temos aqui os inscritos para querer falar, nós precisamos que se inscreva e a gente vai ter que limitar porque nós não podemos ficar aqui mais de três ou quatro horas, nós temos os prazos regimentais da Assembleia Legislativa.

Com a palavra o deputado Doutor Hélio.

SR. DOUTOR HÉLIO (PT) - quero parabenizar a todos, na realidade tanto eu como o deputado Francisco Costa temos uma audiência, inclusive com o governador, a partir das 16 horas, ouvir Dr. Marcelo? Então a gente vai se deslocar, mas eu acho que foi muito esclarecedor até esse momento, mostrando esse caminho que ,dentro da lei que se deve trilhar e certamente nós vamos construir uma solução para essa demanda que é o fruto, o resultado, a motivação para essa audiência pública.

Deputada Teresa, pedir aqui sua permissão, senão eu perco lá o nosso compromisso em Teresina, mas V.Exa. irá continuar conduzindo com seu brilhantismo a nossa audiência pública, com certeza.

SRA. TERESA BRITTO (PV) - Eu queria só... SPU , Dr. Marcelo . O Senhor concluiu? A sua fala? Então eu vou pedir ao Dr. Marcelo , eu vou pedir à secretária da Assembleia que anote quem quiser fazer alguma fala depois, mas vamos concluir a SPU primeiro, e vamos organizar aqui porque essa intervenção atrapalha o raciocínio e também o trabalho, isso aqui está sendo gravado, está certo? Então, Dr. Marcelo eu quero pedir ao senhor para continuar para a gente concluir essa parte aqui. Nós vamos ter os encaminhamentos ainda.

Com a palavra o Dr. Marcelo.

SR. MARCELO (Representante - SPU) - Juarez, a nobre colega solicitou que falasse aqui sobre a fiscalização. Vou falar bem sucinto, objetivo, aqui rapidamente, por favor.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PT) - Nós vamos tentar ser bem sucintos, porque nós temos ainda o... ouviram Dr. Juarez e Dr. Marcelo? como eu disse, duas horas regimentalmente e nós já estamos com três e ainda tem várias pessoas inscritas aqui, tem os outros órgãos.

SR. JUAREZ (Fiscal do SPU) - Só os dois minutos. É o seguinte, aqui todo mundo me conhece aqui, durante muito tempo a gente atuou na fiscalização. Ultimamente eu tive Covid, me afastei da fiscalização, mas temos mais dois engenheiros lá, e a fiscalização está sendo contínua, nós nunca paramos de vir aqui na região e atuar o pessoal. Uma das funções do SPU é a fiscalização e a gente tem agido constantemente. Eu confesso que estou afastado há mais de ano, infelizmente eu tive Covid, tive alguns problemas e agora estou retornando aos pouquinhos, para a gente voltar a fazer, mas a fiscalização nunca parou. A média nossa aí nós temos uma meta anual e a gente cumpri em dobro e as vezes em triplo do que estipulado, então nós nunca deixamos de fiscaliza.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Agradecer ao Dr. Juarez pela sua fala, graças a Deus que ele ficou bom, porque muitos ...

SR. MARCELO (Representante - SPU) - Tivemos Covid, eu e ele.....

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu também hoje estou com sequelas no coração.

SR. MARCELO (Representante - SPU) - Foi bravo, hoje eu estou graças a Deus, só agradeço a Deus, só quem tem essa doença sabe como é complexa.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Então eu vou passar a palavra para o Dr. Marcelo, para concluir essa parte.

SR. MARCELO (Representante - SPU) - Gente, eu vou aproveitar aqui para responder a nobre amiga ali, tá? Eu tenho um parecer jurídico da Advocacia Geral da União, que ele fala sobre as atuações da SPU em áreas de particulares, então o parecer informando sobre o que a SPU pode fazer, o que ela não pode fazer. Então nesse parecer Dra. que está em área de particular e se lá tiver havendo conflito, venda, qualquer tipo de situações conflituosas a responsabilidade é do particular, ele tem que cuidar da posse dele, ele tem que defender a posse dele, nesse sentido, coisa que muitas situações aí não vem ocorrendo, não é? E isso está gerando direito de vocês, como foi falando, - Eu estou lá já

estou há anos lá, então o que a gente traz aqui? A solução da emblemática. As áreas que tiverem realmente o pessoal morando, mostrando toda ... a prefeitura vai solicitar a SPU e vai fazer a regularização dessas pessoas, entendeu? A gente vai mexer no RIP.

(**Professora**) não identificada e inaudível.

SR. MARCELO MORAIS (Representante da SPU) - Seja rápida eu estou no meu tempo)

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) – Professora, é porque quando a senhora chegou a senhora não viu o projeto de lei nessa área toda, solicitada pelo ICMBio.

(**Professora**) - Não identificada e inaudível.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Não professora! Pega aqui o Socó, tudo, pega toda essa área. Não eu estou aqui na frente.....

SR. MARCELO MORAIS (Representante da SPU) - Não ela está dizendo que vai pegar a área toda, que a Senhora não viu...

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) Pega o bico do Socó até

SR. MARCELO MORAIS (Representante da SPU) - Pode ficar tranquila.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - São 53 hectares.

SR. MARCELO MORAIS ((Representante da SPU) - Eu só quero dizer o seguinte; eu tenho um parecer jurídico, eu sigo, eu ando com a justiça, com a Advocacia Geral da União. Eu não tomo nem um ato discricionário meu, não tomo, tudo que eu faço eu ando ali, eu ando alinhado com a Advocacia Geral da União. Não adianta dizer Marcelo Moraes vendeu... Vendi nada, primeiro eu tenho que me reportar ali a lei, me reportar a legalidade, não é por aí não, Sabe? Então dentro dessas situações tá? Que você está colocando, o prefeito está ciente, a Alepi está ciente tá? Isso tudo vai ser colocado, isso tudo vai ser visto tá? Então ninguém aqui em hipótese nenhuma tá? Vai deixar de ser ouvido, assistido, a gente está aqui para solucionar as coisas. A gente não veio aqui para criar problemas, eu não vim aqui para criar caso pra ter qualquer tipo de....? Não, eu vim aqui para resolver. O que eu venho falando aqui é uma situação de resolver, eu estou mostrando ali tudo para vocês da melhor maneira a transparência, eu trouxe o advogado-geral da União, para dar também sabe? Alicerçar juridicamente a

situação, temos muito o que fazer. Nós estamos aqui, por exemplo, eu estou em um passado que eu estou fazendo o presente tá? Umas coisas de 2008 que está sendo resolvida em 2021, sabe? Eu por exemplo estou com área da União que eu posso hoje, hoje a gente tem a proposta de aquisição de imóveis que veio na Lei 14.011 de 11 de junho de 2020, essa lei é recente e ela simplesmente fala assim: Marcelo, tu vai vender a terra da União? Beleza, pode vender, desde que não esteja em terreno de Marinha e em área de segurança, tá? Terra de Marinha até o parecer jurídico até da... mas área de segurança não se pode. Conclusão, quando eu vou vender, não é eu vender não, eu tenho que primeiro fazer sabe o quê? Sanear a área, sabe a Agespisa? Eu posso vender? A Equatorial? Sabe eu tenho que fazer toda uma segurança para eu jogar esse imóvel em um leilão, entendeu? Então a gente trabalha eu quero dizer para a senhora Doutora. com muita seriedade e responsabilidade...

SR (Participante inaudível)

SR. MARCELO MORAIS ((Representante da SPU) - Eu estou respondendo para a senhora que eu tenho um parecer jurídico, acabei de falar dele aqui, em que a Advocacia Geral da União colocou para SPU, área de particular SPU não se mete, se for área da União, aí eu vou pegar meu fiscal que está ali, cadê ele? Ele estava aqui...

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu queria só que a gente continuasse aqui a apresentação porque está o tempo exíguo regimental, a gente precisa continuar. Ouviu, Dr. Manoel?

E aí eu vou passar para a professora depois o projeto de lei, que já está tramitando... essas áreas do Tambaqui, tudo está sendo protegido pelo um Parque Ambiental das Itans que está sendo criado na Assembleia Legislativa no Estado do Piauí.

SR. MARCELO MORAIS (Representante da SPU) - Particular? Particular. Área da União? Aí a gente atual, notifica, embarga, multa e entra com a reintegração de posse é isso que eu tenho para te dizer.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Quero conversar depois com a professora....

SR. MANOEL PAZ (Advogado Geral da União) - A minha recomendação, junte as provas, junte as provas daquilo que você está vendo, faça uma representação aos

órgãos públicos competentes, por exemplo se houver crime ambiental ou desmatamento em área de preservação ambiental, a gente sabe que muito está em preservação ambiental, então junte as provas encaminhe para os órgãos competentes, no caso de crime representação junto ao Ministério Público, no caso de alguma medida administrativa SPU. Mas assim não espere que os órgãos públicos vão atuar por vontade própria porque eu te digo que a SPU não tem servidores suficiente nem para fazerem as coisas do dia a dia, então ela só vai agir provocada, está bom? E assim também o Ministério Público só vai agir provocado, a Defensoria Pública só vai agir provocada, está bom? Junte as provas e assim, infelizmente é assim, a gente tem que fazer a nossa parte, está bom?

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Com a palavra o Dr. Marcelo Moraes.

SR. MARCELO MORAIS (Representante do SPU) - Crime Polícia Federal, Ministério Público Federal. Para fechar, gente, eu quero aqui dizer a cada um de vocês. Eu abro as portas da SPU, eu não deixo de atender ninguém, eu tenho uma agenda muito grande, mas eu estou aqui ao lado de vocês em prol do social, está? Eu estava aqui com uma Senhora, não sei a idade dela, mas uma vovó maravilhosa, imagine a idade dela, querendo uma casa, um documento, isso a gente não pode deixar de fazer o nosso papel, está? Eu termino aqui cadê? Eu termino aqui dizendo que a Superintendência do Patrimônio da União do Estado do Piauí, ela vem agradecer, agradecer aos órgãos, as instituições que vêm nos ajudando bastante. Temos hoje uma superintendência proativa, uma superintendência diligente e que a gente está trabalhando não só aqui no Cajueiro não, como eu falei, eu estou fazendo a regularização fundiária, me dá aí Marcone os panfletos, por favor? Distribui aí. Regularização fundiária em Teresina em uma área chamada Parque Universitário, onde mais de duas mil famílias serão beneficiadas com seus documentos. Eu tenho também um acordo de cooperação técnica com o Incra, onde vai ser beneficiadas mais um mil e seiscentas pessoas, lá em Teresina, eu tenho em Piripiri. Eu estou trabalhando aqui com o prefeito, prefeito solicite a área de Borogodó e nós vamos trabalhar para fazer a legalidade, fazer o social e agente está trabalhando juntos. Eu precisa vir aqui porque a SPU em hipótese nenhuma vai se esconder, vai se esquivar ao contrário a gente trabalha em prol do interesse público. E eu faço das minhas

palavras as do Dr. Manoel Paz, quem paga nós são vocês, nós somos servidores públicos. E na minha gestão só Deus sabe o quanto eu tenho me esforçado e muitas das vezes eu preciso dos gestores, eu preciso deles aqui, porque eu sozinho não avanço não, porque a minha equipe é pequena, eu não tenho uma equipe para dispor de fazer um cadastramento de vocês todos, mas juntos aqui com a prefeitura a gente caminha e pode dar solução aí para vocês da melhor maneira possível. Conto também, volto a frisar aqui com o Crea, o Crea precisa fazer um acordo junto com a prefeitura para juntamente minimizar esses gastos que são muito altos. Eu agradeço a todos vocês da Mesa aqui, o carinho de vocês, a vocês moradores e que Deus nos abençoe. Muito obrigado pela oportunidade.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Agradecemos aí a contribuição do Dr. Marcelo. Temos alguns encaminhamentos a fazer, mas antes desses encaminhamentos nós vamos passar aqui para o nosso querido representante do Crea para ele fazer uso da palavra diante da provocação da SPU, da importância do Crea, mas assim uma síntese bem breve que nós precisamos resolver o problema de Cajueiro da Praia como um todo. Porque foi colocado que uma parte da cidade, porque é uma parte, porque essa fotografia ela não é atual, porque grande parte da cidade está fora desse resolver. Sem falar que essa área que chamam de revólver, essa área que está delimitada ela ainda não foi transferida para os moradores, por questões financeiras não da SPU, não foi a SPU que não quis fazer, mas porque precisa de ter todo um amparo da estrutura dos terrenos dos próprios moradores para pode possibilitar a escritura e registro de imóvel em cartório.

Então, é como eu disse, que toda a área, e aí, Dr. Marcelo, eu acredito que quando o repórter falou, ele especificava exatamente sobre isso, não tem e ainda precisa que os moradores recebam essa garantia de fato e de direito. Eles têm porque a União deu um título de uso de posse, por exemplo, mas precisa escriturar, precisa fazer georreferenciamento, precisa escriturar em cartório, registro e escritura de imóvel, tudo isso para que cada um diga assim: isso aqui é meu! É tanto por tanto, saber de fato, a maioria não sabe. O que está se discutindo hoje é a necessidade de todos, se o prefeito mora dentro dessa área a situação dele também está, se a professora que se manifestou

agora a pouco está dentro da área é a mesma situação. Então é preciso que a gente resolva o problema de todos! Se alguém veio aqui e montou um hotel ou uma pousada, ou um restaurante, essa pessoa está dando emprego, essa pessoa está contribuindo com o município de Cajueiro da Praia. Cajueiro da Praia vai continuar sendo a cidade pacata, mas uma cidade que pode muito desenvolver e pode muito gerar emprego, pode muito gerar impostos para a cidade, pode muito melhorar a situação dos moradores. Isso é muito importante.

Eu queria passar para o representante do Crea, depois nós vamos passar o Senhor Manoel. Não, se preocupe depois eu vou responder.

Com a palavra, o Senhor Josemar Borges representante do Crea.

SR. JOSEMAR BORGES (Conselheiro do Crea) - Obrigado, deputada! Vou ser bem breve aqui pessoal. Boa tarde! Me chamo Josemar Borges, sou conselheiro do Crea - Piauí, representando o presidente aqui na Casa. Agradecer pelo convite à Deputada Teresa Britto, parabenizar pela audiência e o Crea está disponível a participar de todas as audiências que envolver regularização fundiária. E dizer ao prefeito e ao Dr. Marcelo que o Crea dá apoio à regularização fundiária na modalidade Reurb, hoje, através de convênio, você pode estar procurando o Crea Piauí, a gente vai dar a isenção da DRT à taxa mínima, que seria cinco reais, também a gente faz fiscalização com convênio através da prefeitura. A prefeitura indica um fiscal que a gente atenda a todas as cidades, essa fiscalização vai ao Crea e o Crea acata. E agradecer a todos.

Eu queria fazer só uma pergunta sobre o tema que foi debatido na SPU, ao Dr. Marcelo e o Dr. Manoel, é rápido! Só uma perguntinha básica. Pelo o que entendi a Data Santana foi demarcada em 1943, onde a União teve interesse em 4.800 hectares, dentro desses 4.800 hectares tinha condôminos, isso? Esses condôminos, pelo que eu entendi, abriram matrículas. Aí a pergunta é: por que foi permitido abrir a matrícula? O que a União fez para cancelar esses registros? Porque não é justo ter a área da União e ao mesmo tempo a área de particular aqui dentro. Era essa a pergunta. Agradeço, obrigado.

SR. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) Com a palavra o advogado geral da União, Dr. Manoel Paz.

SR. MANOEL PAZ - (Advogado-geral da União) – Rapidamente. A Constituição Federal ela inova sempre na ordem jurídica, então existe um efeito dentro do direito dizendo que não existe direito adquirido contra a Constituição. Com a Constituição de 1988 nós tivemos uma nova ordem com relação aos bens da União e houve um rompimento em relação à ordem jurídica anterior. Então quando a gente fala que houve um registro imobiliário, esse registro imobiliário ele tem, obviamente, um nascedouro bem antes de 1943. Em 1943 foi a sentença formal de partilha da herança deixada pelo senhor Manoel, que já tinha recebido esse terreno de outra pessoa, aí tem que fazer uma busca no cartório para saber de onde veio esse registro imobiliário dele. Só que tudo isso cai diante da ordem constitucional de 1988, porque não existe direito adquirido, entretanto, a própria constituição faz uma ressalva, de que ela vai fazer um regime de transição. E o regime de transição é justamente este: de permitir que aquele proprietário que tem o registro imobiliário possa ter o domínio útil da terra e continuar usufruindo dela, porque presume-se que se ele tem o registro que ele usufrui. Mas se ele não usufrui com o passar do tempo, obviamente a titularidade da terra pode ser passada para outra pessoa, desde que ela preencha os requisitos para usucapião. Certo?

SR. JOSEMAR BORGES (Conselheiro do Crea) - Só complementando, ainda hoje tem o registro do seu Manoel? No registro do cartório?

SR. MANOEL PAZ (Advogado geral da União) - Se buscar no cartório, se você pedir uma busca, obviamente o cartório não funciona de graça. Mas se pedir uma busca no cartório, você vai ter uma certidão até onde os registros estiverem intactos.

Porque por exemplo, lá em Teresina a gente tem registros de 1943, que já não são mais manuseáveis, porque foram deteriorados com o tempo, Certo?

SR. JOSEMAR BORGES (Conselheiro do Crea) - Não existe nenhuma averbação dizendo que a área pertence a União?

SR. MANOEL PAZ (Advogado geral da União) - Sim. Uma averbação dizendo que a área pertence a União? Sim, existe, a cargo da SPU, certo?

Mas o que eu estou querendo falar, é em relação ao passado, porque por exemplo, Parnaíba é um dos municípios mais antigos aqui do Piauí, nós temos títulos em

Parnaíba que datam do século XVIII, nós temos verdadeiras relíquias de documentos, que foram digitalizados, obviamente para não se perderem com o tempo. E que garantem aqueles titulares que estavam com o nome inscrito, por exemplo, nas cartas de aforamento, concedidos pelo antigo município de Parnaíba, quando era inscrito ainda com h, eles tem um direito de preferência para continuar usufruindo do imóvel, embora a ordem constitucional posterior tenha modificado esse regime jurídico da propriedade, dizendo você tem o domínio útil, a propriedade agora é minha, como acontece com o bairro do Carmo lá em Parnaíba, certo?

Então, desculpa o "jurisdiquês" aqui, mas enfim eu não tive como evitar.

SRA. TERESA BRITTO (PV) Quero agradecer aí, ao Dr. Manoel Paz.

E eu queria passar a palavra ao Senhor Manoel, presidente da Associação de Moradores do Bairro Morro Branco.

SR. MANOEL SILVA (Presidente da Associação de Moradores do Bairro Morro Branco) - Eu sou Manoel, presidente da Associação de Moradores do Bairro Morro Branco e nesse momento eu quero saudar a todos, com um bom dia, e o mais breve, eu quero esclarecer os fatos da situação que se encontra. Nós falamos já muito, muito, muito mesmo e não citamos nada dos nossos problemas.

O Morro Branco tem vivido nos últimos tempos, desde 2014, uma terrível guerra das pessoas que tem esses RIP. Chega lá agredindo, com miliciano, com pessoa encapuzada, eu já falei isso na outra audiência e estou falando de novo, pedindo que as autoridades tomem as providências. Não é possível se resolver as coisas no topo da bala, isso não é possível, nas agressões. Aonde vamos para com esse RIP? Agredindo o povo dessa forma. Chega invade, que nós vimos lá, o RIP da família Cajubá, chego lá, cada um está um pedaço.

O senhor, Santo, eu não sei se está aqui, invadiram o terreno dele, construíram casa. Isso é coisa? Um terreno cercado, que o homem tira o sustento dali a mais de cem anos, cento e cinquenta anos, vem passando de uns para os outros. E essas pessoas vivem fazendo isso, com o povo. Deixando o povo intimidado, amedrontado o povo do Morro Branco. Aqui o Francisco, o terreninho do pai dele, que tem um plantio de coqueiro,

de cajueiro. Eu não me canso de falar disso, porque é verdade, é fato, é realidade, e as autoridades não toma as providências. Porque já foi pedido, já foi citado, já foi falado e eu sou vítima.

Eu sou a vítima, eu moro no Morro Branco, e eu queria saber do SPU a finalidade, porque o SPU autorizou a Equatorial, antiga Cepisa cortar minha luz, quando eu estava em dias. E isso eu já denunciei. Eu estava em uma reunião junto com o senhor Juriti lá em Parnaíba, uma audiência pública lá do antigo desembargador e tudo. E eles disseram: procure o Ministério Público. A resposta foi essa.

E eu procurei o Ministério Público e prestei a denúncia, e até hoje eu continuo sem luz, a quase três anos. E isso é inadmissível, o povo do Morro Branco vive intimidado, com medo de perder sua luz, com medo de perder sua casa. E nada ninguém faz, essa é a verdade.

E até que o Ministério Público reconheceu numa recomendação que está aqui, muito importante, mas não é acatada. Não é acatada pelo SPU, não é acatada pela Equatorial, que eu já cheguei lá e pedi. E eles dizem que não, não pode. Mas eles acataram a de 2013, a recomendação que o SPU disse, que quem de 2014 por diante, pra ter uma energia na sua casa teria que ter o registro do imóvel, ou seja, o RIP, essa daí o SPU acatou bem bonitinho, mas essa outra que manda eles fazerem a religação está aqui ela, está aqui ela, e o próprio Ministério Público nesse documento reconhece que o corte de energia da minha casa, da casa das minhas cunhadas e o povo que vive intimidado ali era justamente para colocar nós para fora de casa, para nós sairmos de dentro do terreno que tem 75 anos, 85 anos de construção, casa feita, coqueiro, sítio, criado por uma família e isso o SPU não reconhece, já bati em todas as portas o Ministério Público também não fez mais nada.

Só quero dizer uma coisa, que esse documento ele é uma recomendação, e que o Ministério Público não entrou com uma ação para que se tornasse uma sentença, para que se tornasse uma sentença. Também esse documento é uma recomendação, mas não é uma lei e por isso o SPU e a Equatorial faz o que quer, mas de 2014 para a ligação o SPU acatou, chega lá pedir, não a Equatorial não, só se for com ordem da SPU.

Pessoal, eu já fui ameaçado de foice, eu e o João está aqui um que sabe disso, está aqui o Senhor Juriti que é testemunha, e disse saiam daí seus milicianos, os senhores querem cortar o rapaz de foice. Eu já fui ameaçado de bala o Luís, e o João ali no Morro Branco, eu já fui ameaçado de bala, eu já fui ameaçado de passar um trator por cima da minha casa, tantas coisas horríveis já aconteceram, já pedi ajuda, já falei com todas as autoridades, só resta pedir agora a Deus como uma grande autoridade da Inglaterra quando chegou diante do Supremo Tribunal Federal perguntou a uma pessoa que eu não vou dizer. E quando o Supremo Tribunal Federal erra a quem podemos recorrer? E ela fez assim para cima, só a Deus, é a única instância. Mas eu já bati nessas portas todas, já bati na justiça, no Ministério Público e a minha luz não volta e assim o povo do Morro Branco vive intimidado, vive intimidado diante dessa situação, sem contar com os RIPs ilegais, RIP de forma suspensa, nós temos como comprovar tudo. Há pouco tempo está aqui, o SPU deu uma declaração, está aqui dizendo que não precisa pagar taxa, com essa declaração diante do RIP não precisa pagar taxa, e a lei diz que tem que pagar taxa, você tem o RIP gera taxa, como é que pode essa contradição, vocês estão do lado de quem? Estão do lado do ato social, do lado do povo, ou do lado de quem? Dos latifundiários?

Nós queremos que seja cancelado esses RIPs, RIP do Morro Branco, do Cajueiro porque eles não usam, eles não ocupam, eles não fazem nada, porque ali senhores, ali está o maior plantio de coqueiro daquela região e do Piauí, está no Morro Branco mas foi plantado pelos nativos, sempre venho dizendo isso, não foi por eles não, porque eles lá nunca plantaram nenhum pé de capim, pelo contrário de 2014 para cá invadiram, derrubando cerca, as nossas cercas que nós tínhamos lá, os cajueiros que nós tínhamos lá foram tudo derrubado está lá no aberto, muita parte daquilo que nós usávamos para o nosso sustento, da casa do Luís um terreno cheio de mandioca e esse pessoal vive fazendo tudo isso, essa situação terrível no Morro Branco ofende a situação, mas que chegamos no SPU eu vou lhe dizer aqui a sua intenção é boa mas a realidade é outra, porque quando chegamos lá os nativos são tidos como gileiros é assim que eles dizem lá comigo. Eu estou dizendo isso, o Senhor Jurity sabe disso, todos que já foram lá

sabem disso, que os grileiros são os nativos que nasceram, moram, ocupam e precisam da terra para morar e trabalhar.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) Foi colocado diante de toda exposição aqui feita, tanto pelo Dr. Manoel, como pelo Dr. Marcelo, como nós colocamos aqui os artigos que faz com que legalmente se possa realmente tomar as providências cabíveis Senhor Manoel e todos que estão aqui.

A Lei Federal 13.465 de 11/6/2017 ela dá toda uma condição, todo subsídio legais para o cancelamento definitivo de todos os RIPs que não cumprirem com a sua função social, todos os RIPs sociais, é bem claro isso aqui. Além de não ter cumprido a função social, os RIPs, os detentores dos RIPs abandonaram as terras, tanto que o que foi colocado aqui pelo Dr. Adriano com relação aos danos ambientais, a expansão da cidade daqui até Barra Grande, via litoral, certo? Aliás, daqui até Luís Correia tem muitas áreas que tem RIPs e que os detentores deles nunca fizeram nada, nunca plantaram nenhum pé de fruteira, a população cresceu, desenvolveu, outros vieram para cá e estão ajudando a desenvolver, graças a Deus, e é isso que nós precisamos agora da solução que foi colocada aqui; a solução está aqui fica toda gravada nos Anais da Assembleia Legislativa do Piauí, nós temos os meios para resolver esses conflitos todos, Senhor Manoel, todos. Por exemplo, a Equatorial ela tem três recomendações no Ministério Público Federal para não fazer ligação, aí o Dr. Marcelo colocou o seguinte: os detentores de RIPs, esses RIPs estão aí ainda ativos. Então, a SPU consta ativo, a SPU não pode fazer uma ingerência direta a não ser se provocada e também fiscalizar, porque a SPU tem obrigação de fiscalizar e ver a situação da área. Então, a realidade hoje é outra, a realidade hoje é que existe uma quantidade muito grande, aliás, a maioria da população de Cajueiro da Praia é costeira, seja da União, se de particulares, a maioria, isso já foi comprovado aqui pelas documentações que nós temos aqui dos cartórios. A cidade foi criada sem nenhum palmo de terra, não foi visto isso inicialmente e depois não foi também provocado pelas gestões no sentido de dizer Cajueiro da Praia precisa ter o seu domínio não só de área da jurisdição, mas também de terra. E aí é isso que nós queremos resolver aqui, eu acho que todo mundo que está aqui hoje tem boa intenção, a

SPU está aqui, a Equatorial está aqui, é injusto. Eu tive a oportunidade de conhecer um senhorzinho, uma família que mora lá em baixo no Coqueiro, na beira da praia, eu não sei nem o nome dele, mas depois eu quero saber, só sei que ele tem dois filhos, já está quase inválido, anos lá, ele que cuidava dessa terra aí todinha de acordo com os históricos, criava gado, esse é um posseiro legítimo, ele não tem RIP, mas é um posseiro legítimo. Ele não tinha energia, recebeu energia agora, porque os particulares se reuniram, aprovaram um projeto de rede de energia, pagaram por esse projeto, ele teve que entrar na justiça pra poder conseguir o direito de puxar sua energia morando lá cerca de 70 anos, mas só para vocês terem uma ideia. E se aqui quem quiser, autoridade e populares quisere conhecer várias famílias que moram na cidade e não tem energia; não tem energia por conta desses RIPs que atrapalham, porque tem recomendações para não colocar energia pedidas, acredito talvez por quem tem esses Rips, então isso atrapalha o desenvolvimento dessas cidades. Essas cidades precisam gerar renda, essas cidades precisam sair dessa condição que tem hoje, uma cidade que precisa a população ser ajudada e como é que ela vai ser ajudada? Os lugares que tem turismo são os lugares que mais geram renda, se barrar o turismo aqui a prefeitura não tem condição de manter esse podo todo não, será que tem prefeito? Entendeu? Nós estamos falando do turismo sustentável, é o turismo sustentável que nós estamos falando, por isso que esse parque aqui...

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Nós estamos com um projeto de lei, o projeto de lei apresentado aqui, solicitado pelo ICMBio, para criar essa área toda de reserva, a área que o senhor está falando vai possibilitar isso, controlar essa situação...

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Pois é, então nesse caso é preciso é preciso que a pessoa...

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Neste caso nós vamos fazer uma comissão aqui, nessa comissão nós vamos fazer reuniões, posteriores a isso, por exemplo, a situação aqui do Sr. Manoel, conversei aqui com o Dr. Marcelo ele pede que o Sr. Manoel se dirija a SPU para fazer uma reunião com a SPU, com a associação, com a Equatorial, com o próprio MP, para poder resolver essa situação dessas pessoas que estão aí há muito tempo sem energia, é um exemplo. Essa situação que o Senhor colocou

a gente precisa nessa subcomissão fazer essa discussão interna para ver, esta certo? E aí é como eu disse para...

SR. (Manifestação do participante)

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Mas é isso que eu estou dizendo, gente acabei de dizer aqui que nós convidamos a Equatorial, nós convidamos a própria associação, aqui tem todos os seguimentos da sociedade aqui e dois, inclusive, representado a associação representa a a sociedade civil organizada, a associação de moradores, por exemplo.

SR. (Manifestação do participante)

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu estou aqui conforme eu... se o Senhor quiser conhecer eu passo para o senhor tá?

SR. (Manifestação do participante)

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - É desenvolvimento sustentável, com as trilhas...

SR. (Manifestação do participante)

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Olhe o ICMBio veio aqui, o ICMBio entrou com embargos e tudo...

SR. (Manifestação do participante)

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - É isso que nós queremos saber nós vamos fazer uma reunião para ...

Com a palavra o Dr. Marcelo.

SR. MARCELO MORAES (Representante da SPU) - Eu quero aproveitar , é coisa rápido. Gente, pessoal sobre a energia tá, eu como superintendente cheguei há pouco tempo e eu provoqueei a Advocacia-Geral da União, na parte de LPM, quem não sabe o que é é linha de preamar. Então, a linha de preamar ela vinha demarcada e aqui ela não tinha demarcação, não tinha moradores e aqui ela continuava, aqui ela parava sem moradores e aqui continuava o que eu fiz? Eu provoqueei a Advocacia-Geral da União no sentido de falar assim, Advocacia-Geral da União, a linha não está demarcada e aí o pessoal vai ficar no prejuízo sem ligar sua energia? Lembra que eu falei que só trabalho junto com a AGU. A AGU me deu um parecer aqui, me deu segurança jurídica dizendo:

"Equatorial pode ligar a luz desse pessoal aí que está nesse fluxo, então hoje que está na parte da LPM, já tem um documento que sai da SPU, uma certidão que vai para Equatorial e ela liga, o que a gente está aqui conversando? Estamos atrás de soluções. Enquanto vocês estava falando com a deputada aqui, eu estou a lhe com a Equatorial e com o advogado geral da União tá? Eu vou provocar, mas isso já estava na minha ideia, provocar a Advocacia-Geral da União para que a Advocacia-Geral da União dar o parecer dela e aí vocês que estão na área da União, vocês terem o direito de ligar suas energias, só tenham paciência, só tenham paciências tá? Procurem a gente eu já falei aqui, já avisei a todo mundo aqui, a minha superintendência em um bom sentido da palavra que não é minha, a instituição que eu represento, eu não estou aqui para fechar porta para ninguém, não é essa a ideia, a ideia aqui tanto que eu vim para cá, eu vim para cá para gente resolver. E eu estou aqui com as autoridades, eu estou aqui com a Equatorial, a Agespisa... a situação que chega para mim, quando eu falei que vendo imóveis da União, por a União manda vender é que quando eu faço um pedido a Agespisa se o que a Agespisa fala? Que ainda não tem uma água, não sei o que pá, pá isso entendeu? Então sabe, situações complexas, mas eu como superintendente vou provocar a Advocacia-Geral da União para mudar essa recomendação do Ministério Público da Advocacia-Geral para a Equatorial ter a segurança para fazer a ligação. Tá bom gente?

SR. (Participante) Inaudível.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Nós deputados já solicitamos que seja, inclusive, concluído essa adutora porque a população daqui precisa. Aqui muitos bebem água contaminada porque é a fossa na frente o poço atrás e nós sabemos que o lençol freático daqui a situação não deve estar boa. Então, nós estamos cobrando, constantemente a conclusão dessa adutora do litoral para que o município de Cajueiro da Praia, como um todo tenha água de qualidade. Isso nós temos documentos comprovando. Certo? E, aí essa questão do saneamento básico, também é a Agespisa, que tem que fazer e a gente vai trabalhar essa questão aqui junto com a prefeitura. O que a Assembleia, pode fazer é está provocando, está cobrando do Governo, cobrando dos secretários e isso a gente tem feito. A prefeitura ela tem os recursos limitados. Ela jamais tem condições de fazer saneamento básico.

SR. (Participante) Inaudível.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) Vamos organizar, aqui as coisas. É o seguinte: regimentalmente, eu disse desde o início. Nós temos duas horas para realizar audiência pública. Nós já estamos a quatro horas. Nós conseguimos ouvir o que é que pode ser feito para regularizar. Seja a região lá do Morro Branco dos Cajubás, que aqui tem muita gente de lá, tem muita gente que passou por muito sofrimento. Seja a região, aqui do Seu Manoel Ricardo, que já morreu e tem oito herdeiros. Seja outyras regiões. O caminho de regularização é o que foi colocado aqui pela SPU, dentro do Reurb, dentro da legislação pertinente e a prefeitura de Cajueiro da Praia, o prefeito que é representante legal é quem vai fazer a renovação do convênio com a SPU que já venceu de acordo com a Dra. Ana Célia, colocou, aqui e o Dr. Marcelo, precisa ser renovado esse termo de cooperação, termo de cooperação para possibilitar essa solução de regularização. Então já ouvimos, acho que o sentimento do senhor Manoel, é o sentimento do senhor que sofreu lá muito. Derrubaram cerca e tudo mais. Não é isso? O sentimento de Senhor Manoel, acho que representa o sentimento de vocês. Está tudo registrado, nós vamos acompanhar, desses encaminhamentos, aqui o que nós precisamos fazer ? Entre eles é fazer uma comissão com esses órgãos a associação vai está junto , inserida na comissão para continuar esse trabalho para que a gente possa continuar. Mas, o encaminhamento da Assembleia Legislativa é cancela os RIPs que não cumpriram com a sua função social. Um dos encaminhamentos. Todos os RIPs no município de Cajueiro da Praia, que não cumpriram com a sua função social ser cancelados, ser cancelados e, ai fazer a própria SPU regularizar conjuntamente com a prefeitura. A prefeitura precisa sim trazer a responsabilidade para ela, mas, fica aqui o compromisso da Deputada Tereza Britto, Deputado Doutor Hélio, Deputado Francisco Costa, de junto com o compromisso do Interpi, que já está inclusive. Interpi, não é ? O Interpi que já iniciou a regularização lá no Borogodó de fazer essa regularização daqui, nós precisamos de um prazo. O prefeito foi feliz, aqui que disse: Vamos ter um prazo. Então nós precisamos urgentemente, prefeito. Bom, nós precisamos de um requerimento, precisamos de um cadastramento de todos que moram na área, precisamos porque o último cadastramento tem anos que aconteceu, então esta realidade é outra hoje, não é mais a mesma, este mapa aqui não é o mesmo

mapa. Este mapa é antigo a realidade da área aqui é toda outra, hoje, hoje a área pelo menos a maior parte está toda ocupada, toda cheia de posseiros, os posseiros legítimos são os que moram, os que vivem aqui, têm negócios, enfim esses são os legítimos. Está bem claro o princípio da continuidade, o princípio, inclusive, da função social, então é isso que eu queria dizer o que provocou toda essa polêmica? O que provocou toda essa polêmica? Provocou que uma pessoa foi em um cartório conseguiu fazer uma procuração e começou a tentar vender os imóveis e não podia vender, não podia. Nós temos documentos, assim, nós temos registrado lá em print de conversas, de Whatsapp, porque hoje as redes sociais elas também vale juridicamente, juridicamente elas valem, então isso provocou toda essa insegurança jurídica do município de Cajueiro da Praia, foi isso que aconteceu. Mas, olha não tem há mal que não venha para o bem, sabe porquê? Porque provocou também todos os órgãos a chamar a responsabilidade, inclusive dessas pessoas que moram aí há mais de 100 anos, alguns vivos e outros não que não têm um registro de imóvel, que não têm um documento da terra, apesar do desmembramento, mas não têm o documento da terra. Então dentro do princípio da continuidade todos as pessoas que têm algum imóvel aqui, seja os que nasceram, cresceram, que as família vivem aqui desde da fundação, seja aqueles outros que chegaram todos estão dentro juridicamente do princípio da continuidade, ouviu vereador Laguinho? Todos estão dentro do princípio da continuidade. O vereador Laguinho perguntou onde minha filha comprou o terreno aqui, ela comprou de um morador daqui antigo, um Senhor antigo daqui, que tem plantações, tem tudo, então ela está dentro do princípio da continuidade, de acordo com o que foi colocado aqui pelo Dr. Manoel, pelo Dr. Marcelo Moraes, assim como ela todos que têm e estão nessa mesma situação, seja os nativos, seja os novos que chegaram ,as que adquiriram dos nativos, que aqui nasceram, que aqui continuam vivendo nesta terra. Então eu queria colocar isso para vocês e queria pedir desculpa pelo tempo.

Agradecer a todos os servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí; quero agradecer todos os órgãos que aqui vieram; agradecer a todos. Vereador Denis, muito obrigada pelo seu apoio aqui, agradecer ao Crea; agradecer.....

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Pois é, nós...eu queria só dizer.... espera aí gente! não terminamos não, eu só queria agradecer a cada um aqui. O Dr. Juriti

pediu o uso da palavra e tem um advogado aqui que está representando o Dr. Anchieta que é um dos oito herdeiros, um dos oito herdeiros, não são os oito herdeiros ele é um dos oito herdeiros. Aí resultado, então que foi o que inclusive passou a procuração e provocou toda essa confusão, toda assim essa confusão.

Nós vamos dar três minutos para o advogado, queria que a Assembleia monitorasse, porque nós já estamos há quatro horas aqui, quatro horas está? Dizer que acho que foi grandiosa essa audiência porque aqui nós vamos possibilitar resolver os problemas.

O Dr. Juriti disse que quer três minutos também, eu só quero que ninguém desrespeite ninguém aqui, porque nós estamos saui em um Poder, Poder Legislativo e aqui todos merecem respeito, seja os favoráveis, seja os contras, inclusive, a Assembleia Legislativa do Piauí, na audiência anterior lá nenhum deputado desrespeitou ninguém, nenhum Poder. Bem claro deixar aqui registrado nos anais da Casa. O interesse da Assembleia Legislativa na qual eu estou neste momento representando os 30 deputados e o Presidente, é de ouviu Dr Marcelo? O interesse é de buscar solução e segurança jurídica a população de Cajueiro da Praia, é o interesse de preservar a área ambiental. O Dr. Manoel, que é advogado-geral da União, ele queria 30 segundos, eu vou dar 1 minuto.

Com a palavra o Dr. Manoel Paz.

SR. MANOEL PAZ (Advogado-geral da União) - Gente, o que eu falei é o que a lei garante para todos. Agora tem duas que não pode de forma nenhuma: desmatar e degradar o meio ambiente e tornar a praia exclusiva. Duas coisas não pode de forma alguma. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - A Dra. Arianne vai usar três minutos, representante do Senhor Manoel, do filho dele.

SRA. ARIANE MELO (Representando o Senhor Anchieta) - Bom dia, pessoal! Eu me chamo Arianne Melo. Eu vim a convite do Dr. Anchieta, na verdade eu recebi essa ligação ontem a noite me pedindo para me fazer presente nessa audiência pública. Eu acredito que muitos de vocês já receberam uma nota de esclarecimento feita pelo Dr. Anchieta.

Já que a nobre deputada só me forneceu três minutos, embora para as outras pessoas ela não fez essa limitação, mas eu entendo que já está nos finalmente desta audiência pública e existe um regimento que controla o tempo, eu queria deixar bem claro a vocês e pedir a todo mundo que está dentro da área vermelha, que tem sua posse, sua casa, seu cercado, nos procure após essa audiência pública, porque o Dr. Anchieta ainda é o possuidor desse RIP e ele quer regularizar todo mundo. Quem está naquela área roxa, fora da área vermelha do revólver, tem que procurar a prefeitura, o SPU. Quem está naquela área pode nos procurar, nós vamos resolver a situação de todos vocês, porque ele não quer a terra de ninguém. Até mesmo o caso da sua filha, a Dra. Juliana, com os 3.700m² dela, Dra. se estiver na nossa área, ela pode estar nos procurando. Agora o seguinte: quem for nativo, não vai pagar. Todos os custos ficará ao encargo do Dr. Anchieta. Agora quem for empresário, parlamentar, médico, esses outros que têm a condição de arcar com as custos aí ficarão a cargo.

SR. (Participante) Inaudível.

SRA. ARIANE MELO (Representando o Senhor Anchieta) Ele ainda é o possuidor. Aqui foi falado que tem uma normativa que está impedindo a ligação de luz. Essas pessoas que já são possuidoras,

SR. (Participante) Inaudível.

SRA. ARIANE MELO (Representando o Senhor Anchieta) Com é o nome da Senhora? Até porque como me forneceram três minutos, ao final aqui eu vou estar à disposição para conversar pessoal. Muito obrigada!

SR. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu queria agradecer a Dra. Arianne pela sua fala, mas queria dizer aqui, bem claro, o Dr. José Anchieta, ele representa 1/8, foi dito bem aqui pelo Dr. Marcelo Moraes e a terra está em condomínio. Esse 1/8 ninguém sabe onde é! Nem advogado, nem ele pode fazer nada sozinho sem o inventário. Quem procurar o advogado, separadamente, não vai resolver o problema, porque ele não tem autoridade sozinho para resolver nada. Tem que ter o inventário, localização dos imóveis para resolver o problema! Foi colocado bem aqui pela SPU, o Dr. Marcelo foi claro nisso, mostrou que a terra está em condomínio, que precisa fazer o inventário, que inclusive já teve irmãos do Dr. Anchieta que já morreram, já teve filhos dos irmãos que já morreram.

Então, assim, é uma coisa bem longa! Por isso que nós queremos o cancelamento do RIP para que a própria SPU faça a regularização da área e a prefeitura pedir essa solicitação. Vamos ajudar, colocando emendas para fazer esse georreferenciamento e resolver essa situação aqui no município de Cajueiro da Praia. Então entendam, nós estamos aqui diante da SPU, estamos diante de órgãos como o Crea, da Câmara Municipal, da prefeitura, Assembleia Legislativa, está aqui hoje.

Aqui tem um delegado de polícia, inclusive eu queria falar com o Dr. temos aqui representante, tenente-coronel Erisvaldo não é? Que aqui doutor Luciano, não é? O nosso delegado de polícia, e Dr. Erisvaldo.

Aqui aconteceu, vou já passar para o senhor, aconteceu de uma pessoa invadir o terreno do outro, inclusive foi a senhora que tem a procuração. E aí, nesses casos, nós pedimos aqui em nome da Assembleia Legislativa que a Polícia Militar, a briososa Polícia Militar que nós temos todo o respeito, a briososa Polícia Civil que nós temos todo o respeito, que ela haja mediante a Ação Judicial, que nenhum policial civil ou militar, entre em uma área com conflito, a não ser para defender a vida das pessoas. Que aí os Senhores sabem, que não haja, a favor de A, de B ou de C.

Eu queria passar a palavra para o Senhor, o nosso vereador Denis que deu uma força muito grande, ajudou com cadeira, ajudou, fez um requerimento solicitando esse salão paroquial, foi para a audiência pública lá na Assembleia, foi para a SPU, que está empenhadíssimo também em resolver o problema.

SR. DENIS PESCADOS (vereador de Cajueiro da Praia) Bom dia a todos de Cajueiro da Praia! Quero saudar aqui a mesa, em nome do prefeito Felipe Ribeiro e dizer que nós iniciamos o município com problemas, com a pandemia pesada. Segundo as facções e terceiro agora, o assunto mais falado no nosso município que são as terras. Isso me preocupa muito, porque nós temos que pensar nas novas gerações, nos nossos filhos, nossos filhos estão chegando e não vai ter espaço pra morar, não vai ter mais lugar. Então, prefeito, deputados e vereadores Deus deu uma missão pra nós de servirmos o povo, e para isso é que nós estamos aqui para defender vocês. Se depender do vereador Denis, ele está junto lá de vocês, porque eu sou um nativo, sou filho de nativo. Então eu me sinto pequeno, mas se nós se juntarmos todos nós aqui, nós ficamos

grande e forte. Então, se diz o dono, mas um dono que não cuidou da terra, um dono que abandonou a terra, então os verdadeiros donos são os nativos que plantou e colheu. Então eu não vou me estender muito, porque tem mais orador aqui. Dr. Marcelo, em 2018, 2017 nós vereadores provocamos uma audiência pública com a vereadora Natália, na época presidente e eu lembro Dr. Marcelo, Dr. Marcelo só um minutinho, que ficou parado. Eu te peço aqui Dr. Marcelo nos ajude, encarecidamente nos ajude, não deixe que essa audiência fique parada que nem ficou em 2017. Nos precisamos dessa pose.

SR. MARCELO MORAIS (Superintendente da SPU) - Eu acho que o mais importante a fazer é um plano de trabalho, entendeu? E com o plano de trabalho cada um com a sua disposição, com o seu direcionamento. A partir da Dra. Teresa Britto que é a responsável por essa reunião, que está aí fazendo todo esse consenso, esse aparato, essa movimentação em prol da população.

Então Doutora, eu vou dar só uma sugestão. Acho que o plano de trabalho seria viável.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) Diga? Sim.

SR. DENIS PESCADOS (vereador de Cajueiro da Praia) Muito obrigado doutor. Doutor Marcelo sempre dando atenção pra gente, sempre eu vou na SPU ele me recebe muito bem, isso eu tenho a agradecer, e eu tenho certeza o Dr. Marcelo é uma pessoa muito competente que vai olha mais pelo Cajueiro da Praia, ouviu Dr. Marcelo?

SR. MARCELO MORAES (Superintendente da SPU) - Só para título aqui, entregamos vinte e três mil metros lá no Porto da Lama, então a gente não esqueceu vocês não. Agora a gente vai partir para a regularização. Tá? E essa regularização não é da SPU não. É o prefeito, tá, junto com a SPU e junto com vocês. Tá bom? Beleza?

SR DENIS PESCADOS (vereador de Cajueiro da Praia) Deputada só encerrando minha fala aqui, eu quero agradecer a cada um que saíram das suas casas para essa audiência tão importante. E dizer vamos nos unir, vamos nos juntar para que os nativos tenham direito a sua moradia, a se pedaço de terra.

Então, quero aqui agradecer mais uma vez a oportunidade a Deus e a todos vocês.

Muito obrigado.

SRA. TERESA BRITTO(PV) Agradecer aqui ao vereador Denis, pela sua contribuição e conceder a palavra ao senhor

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) Concedo a palavra ao Presidente da Associação dos Horticultores do Município de Cajueiro da Praia

SR. ROBERTO- (Associação dos Horticultores de Cajueiro da Praia) - Olá gente, boa tarde.

Para quem não me conhece, meu nome é Roberto da Associação dos Horticultores de Cajueiro da Praia.

Gente, eu quero só falar para os senhores que essa é a primeira audiência legislativa que acontece aqui, mas nós já fizemos uma, não lembro bem se foi em 2008, 2010 com a Dra. Ana Célia, audiência pública sobre as terras do Cajueiro da Praia. E hoje muita gente aqui no município tem título, tem documento que foi concedido na época no tempo em que ela estava à frente da SPU, se não me falha a memória foi 200 e pouco documentos que muita gente recebeu.

E também hoje a palavra do Dr. Marcelo como representante do SPU passou uma confiança para nós, espero que realmente não fique em palavras, fique em trabalho, em ação que é isso que precisamos, porque aqui eu vejo quando se vem para uma audiência dessa se resolve muita coisa em palavras, mas a ação precisa, nós precisamos é de ações.

Primeiro lugar para isso tudo acontecer acho que a força maior que nós temos que ter e o apoio do nosso prefeito, dos nossos vereadores do Cajueiro da Praia. Um trabalho que estou vendo, claro ela está sendo muito criticada eu não a conhecia, estou conhecendo ela agora a Dra., Teresa e estou vendo que ela está assumindo esse trabalho ardente, mas ela está de frente, claro que ela precisa de todo apoio nosso sim. Eu não sou nativo não, eu cheguei aqui em 1998, mas eu tenho filho nascido aqui, tenho serviço prestado aqui através da nossa associação e na época a Dra. Ana Célia mandou colher três assinaturas de entidades, nós conseguimos 23 assinaturas junto com ela, com

a equipe dela, que o Marcondes, o Juvareí e outros que não me lembro mais do tempo foi isso o trabalho que nós conseguimos. Então estou vendo que está voltando esse trabalho sobre regularização de terras, só que hoje estou vendo que está muito mais complicado. É importante que nós estejamos participando e faça sim, vamos fazer valer os nossos direitos para que nós possamos viver em paz e em nossa comunidade e nas nossas terras.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Eu quero agradecer ao Dr. Roberto, e dizer Senhor Roberto que lá em Teresina tem um projeto lindo de hortas comunitárias, muitas famílias vivem das hortas comunitárias. No meu primeiro encontro com o prefeito, obrigada Senhor Marcondes, no primeiro contato que eu tive com o prefeito aqui eu falei do projeto das hortas comunitárias para as famílias, falei do projeto ambiental, nós vamos colocar emendas para ajudar, para a prefeitura poder ajudar na horta comunitária.

Eu quero conceder a palavra por três minutos ao Dr. Juriti.

SR. JUTIRI (Participante) - Senhores, apesar da audiência já está sendo esvaziada por conta até do tempo, da demanda do tempo. Mas como eu fui citado aqui, quero parabenizar o Dr. Marcelo pelas palavras dele, pelo compromisso dele não só com o social, mas com os direitos devidos de cada um dos cidadãos de Cajueiro da Praia a última fronteira marítima do nosso Brasil.

Mas diria aqui para o Senhor o seguinte: Dra. Ana Célia a Senhora se equivocou quando disse que eu fiz calúnia, difamação, jamais eu fiz, o que eu disse em Teresina e repito aqui, eu coloquei que um vereador Stênio denunciou que lá no patrimônio da União só tinha RIP quem dava propina para alguns servidores a quem eu não disse quem foi, mas ele disse, e a superintendente da época fui até ela e disse Dra Aline, a Senhora está falando que vai processar o vereador, tudo bem, mas faça a mesma coisa com a denúncia do vereador para saber se tem provas, aí ela não, ela só fez processar o vereador de Cajueiro da Praia que ela mora inclusive, acho que foi reeleito e ele teve um processo e eu disse para a Doutora lá. Doutora, a senhora me desculpe esse processo vai ser arquivado porque o vereador tem a sua livre expressão, foi dito e feito. O Ministério Público Federal mandou arquivar o processo. E por que a

senhora não abriu uma sindicância pra saber se realmente aconteceu isso? É um problema. Nós estamos aqui é querendo relevar tudo isso, porque a final de contas nós precisamos saber se o patrimônio da União vai continuar sendo Robin Hood às avessa defender os interesses do rico e esquecer os interesses dos pobres. Isso é o que está acontecendo lá, porque você vê todos os moradores do Morro Branco poderiam muito bem ter negociado, não fizeram porque chegou trator, chegou tudo e destruiu as cercas, destruiu as casas, destruiu poço, apagando as provas de que existia uma pessoa residente. O terreno que eu adquiri tem 115 anos que tem plantações, estão lá os cajueiros com 40, 50 metros de altura, os cajubás nunca plantaram um pé de fava, de coentro, como é que um cara desse diz que é dono? E pior não é a forma dele ter um RIP, é um direito que ele pode dizer que a família tem, mas chegar com milicianos, atropelando, matando, tentando matar, como foi o caso do Senhor Manoel, só não cortaram ele de foice, porque eu estava lá.

Então, Doutora. quero dizer pra senhora, nao tem nada pessoal, a Senhora fez aqui um levantamento

SR. (Participante) Inaudível.

SR. JURITI (Participante) - Quem? Esse aqui já está achando dono, eu não estou pedindo

SR. (Participante) Inaudível.

SR. JUTIRI (Participante) Eu estou dizendo

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Como eu disse anteriormente aqui a gente não veio pra culpar nem nada...

Eu queria só dizer aqui que nós estamos atrás do diálogo, nós queremos o diálogo, nós estamos buscando resolver o problema

SR. JUTIRI (Participante) Então no caso aqui nós vamos abrir é um diálogo, conversar? Ela me insultou, me acusando, ora, o menino lá o Dr....com é o nome dele, pediu a certidão do terreno lá

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Nós não queremos mais confusão

SR. JUTIRI (Participante) Onde era lá no Camurupin... quer dizer ele não sabe nem onde é a terra..

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Tá nós vamos continuar aqui não é mais o forum...

SR. JUTIRI (Participante) - Não. Nós queremos é encerrar as histórias que se apure as responsabilidades, Dr. Marcelo ficou de apurar. Ele podia abrir uma sindicância no Patrimônio da União , quem não deve não teme

Só quero aqui agradecer.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - Olha, eu quero dizer a senhora que nós queremos aqui é resolver o problema, nós não estamos aqui julgando ninguém nem nada, foi muito boa a fala do Dr. Marcelo e complementado pela Dra. Ana Célia, que tem determinados pontos que tem limites, por isso que a gente precisa caçar esses RIPs, não é Dr. Marconi? Nós precisamos caçar, nós precisamos cancelar pra poder acabar toda essa confusão.

Vou conceder a palavra a Dra. Ana Célia.

SRA. ANA CÉLIA (Participante) - Eu quero fazer uma fala rápida, mas eu acho que é necessária, porque todos estão saindo já.

Primeiro, função social da propriedade foi o que mais nós defendemos há muitos anos na SPU desde 2003 que a gente trabalha. Essa área do revólver como é chamada, que foi destacada, ela foi destacada em 2008 e todas as 290 CDRUs que foram concedidas aqui no Cajueiro, foi fruto do trabalho da equipe. Então, Deputada, o direito à moradia de interesse social foi sempre o que a gente mais atendeu no Patrimônio da União. Eu acho que fatos prova mais do que palavras e vocês viram aqui: declaração de interesse público em 2008, cancelamento de RIP, CDRUs, tudo começou aqui na audiência pública aqui neste salão. Então, a gente sempre trabalhou para defender o interesse à moradia e esse interesse tem que ser trabalhado da forma correta, tem que ser enfrentado. A gente não pode incentivar invasão para depois regularizar, a invasão não, digamos assim a gente não pode incentivar a ocupação de áreas livres sem um prévio cadastro. Tudo que é da União, como o Dr. Manoel disse, deve atender o interesse social, deve cumprir a sua função social. Agora, eu me manifestei, porque eu sou servidora em nome dos colegas, porque você pode acusar no Ministério Público, apresente as provas, temos total tranquilidade com relação a isso porque sempre

trabalhamos com muita honestidade. Com relação ao Morro Branco eu comentei o que foi feito. Na época foi feito aquilo, foi delimitada aquela área. E isso é o que foi feito. Daqui pra frente tem que dar segmento ao trabalho; pode redefinir o novo polígono, pode analisar. Isso são etapas do processo de regularização. Agora tem que ser feito realmente com trabalho. Montar o grupo, fazer o acordo de cooperação, fazer o cadastro, e fazer todas as etapas do processo. O que eu quero só reafirmar é isso, é o compromisso que nós sempre tivemos com o interesse social é a honestidade com que a gente sempre trabalhou. Pra quem quiser denunciar tem todos os meios legais e a gente responde com muita tranquilidade, porque não temos rabo preso.

SRA. PRESIDENTE (Teresa Britto - PV) - queria agradecer também a contribuição da Dra. Ana Célia. Lembrar só que inclusive foi quem possibilitou o trabalho da Dra. Ana Célia aí eu queria aqui falar para o Sr. Juriti e todos, foi quem possibilitou fazer o cancelamento da propriedade em nome do Sr José Anchieta Juraci e herdeiros, tornando eles não proprietários da área mas posseiros da terra, através do INCRA. Foi o trabalho dela que possibilitou isso acontecer. E foi bom porque mostra que toda essa área, tanto do lado do Sr. José de Anchieta, Juraci como dos cajubás, são áreas de domínio da União. E cabe agora fazer o processo de regularização repassando para os moradores. Pelo principio da continuidade, anuidade, posse, e todos esses legais. Então assim todos, agora está tudo gravado nos anais da Assembleia Legislativa, nessa reunião aqui, mais uma comissão; essa comissão que já foi criada na primeira reunião vamos continuar com ela, onde vão se fazer presentes todos esses órgãos aqui presentes hoje: SPUs, Prefeitura, Câmara Municipal, Assembleia vai continuar com os trabalhos, o Interpi, Equatorial, todos; Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública, o Crea, que esteve aqui hoje e foi muito importante a participação; todos os órgãos, a Associação de Moradores de Morro, todos os órgãos que foram nominados aqui vão estar presentes nesta reunião. E aí nós vamos agendar posteriormente uma reunião para já fazer a questão do trabalho porque agora a bola está com a Prefeitura para já fazer, possibilitar a questão do cadastramento pra encaminhar pra SPU. Então é um trabalho longo, a gente tem que arranjar o dinheiro, vamos atrás desses recursos também para ajudar a Prefeitura de Cajueiro da Praia a regularizar essa situação aqui conjuntamente com a SPU e o Estado

o projeto de Lei deve ser amanhã já apreciado na Assembleia que cria o parque das e vamos seguir aqui acompanhando todo o processo e queremos a paz. Só fechando a nossa audiência pública agradecendo aqui a TV Assembleia que está aqui hoje, agradecendo aqui aos servidores da Assembleia, todos que se fizeram presentes e dizer ninguém procure advogado do Sr. José de Anchieta. O Sr. José de Anchieta é só uma parte em um condomínio que não foi ainda definida onde é a área dele. Na verdade hoje ele não tem mais área aqui porque quem tem área aqui são os posseiros. Assim também é a mesma situação lá do Cajubar. então é isso. Obrigada a todos: Dra. Ana Célia, Dr. Marcelo, Dr. Luciano está conosco aqui, é o delegado da região representando o Secretário de Segurança Pública; obrigada padre, por estar aqui, obrigada Dom Alfredo por ceder esse espaço, obrigada ao vereador Denis que deu uma contribuição imensa; obrigada a cada um de vocês, moradores que vieram. que Deus nos abençoe, nos proteja e que possa nos ajudar a possibilitar a resolução do problema de Cajueiro da Praia, a regularização fundiária.

Um grande abraço e declaro encerrada a presente audiência pública.